



Índice

- 01** [Após denúncia, MPF pede apuração de caso de violência contra índios](#)
- 02** [PEQUENOS AGRICULTORES E ÍNDIOS TUPINAMBÁS BUSCAM ENTENDIMENTO](#)
- 03** [Defensoria Pública no encontro “Índios & Quilombolas” em Oriximiná](#)
- 04** [Índios Kisêdjê retomam produção de óleo de pequi](#)
- 05** [Conselho do Povo Terena realiza 6ª Grande Assembleia a fim de debater temas como território, saúde e educação](#)
- 06** [Alto índice de mortalidade entre indígenas leva MPF a recomendar mudanças nos serviços de saúde em Mato Grosso](#)
- 07** [Justiça do Amazonas autoriza que índio tenharim preso seja empossado como cacique de aldeia](#)
- 08** [MPF manda apurar suspeita de agressões contra índios](#)
- 09** [MARABÁ: ÍNDIOS QUEREM EXPLICAÇÕES DA PF SOBRE PRISÃO DE ELTON SURUÍ](#)
- 10** [Funai inicia estratégia para criar Mega Terra Indígena em zona agrícola do Mato Grosso](#)
- 11** [Ministério da Saúde abrirá seleção para a Saúde Indígena](#)
- 12** [MPF cobra estradas trafegáveis na Reserva Indígena](#)
- 13** [Polícia pede prisão de suspeito de matar líder indígena com 35 facadas](#)



- 14 Ação solidária combate falta de água na reserva indígena de Dourados
- 15 Indígenas Borari e Arapium conseguem embargo de madeiras após pressão no IBAMA
- 16 Encerramento do 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena
- 17 VIII edição dos Jogos Indígenas Pataxó de Porto Seguro
- 18 Terra Indígena de Charrua inicia plantio da lavoura coletiva
- 19 Comunidade quilombola do Maranhão é ameaçada por fazendeiro
- 20 Comunidade quilombola da Bahia recebe unidades habitacionais
- 21 Rede de Combate ao Racismo reforça necessidade de interiorização das ações
- 22 Igualdade Racial apoia primeiro seminário de indígenas e quilombolas da Uesb
- 23 Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela criam Fórum para debater questões que os afetam
- 24 Deputados discutem abandono das casas de Saúde dos Índios
- 25 Descolonização da política indigenista: um convite ao diálogo intercultural de fato
- 26 Cemitério indígena vira pista para motocross em SP
- 27 Comunidades quilombolas assinam contratos de financiamento
- 28 Tapajós – a luta pelo rio da vida
- 29 “Ele é um canalha” – Liderança Munduruku responde entrevista de Gilberto Carvalho
- 30 Funai deverá adotar medidas para delimitar território dos índios Kanela do Araguaia
- 31 Na Amazônia, tecnologia usa raios UV e sol para purificar água de rios



Após denúncia, MPF pede apuração de caso de violência contra índios

SÍTIO GLOBO.COM, 12.11.2014

*Adulto teria sido baleado e crianças atingidas com spray de pimenta.
Equipe da Polícia Federal foi até o local investigar o caso.*

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul pediu à Polícia Federal que investigue uma denúncia de violência contra indígenas em uma fazenda em Iguatemi, a 451 km de Campo Grande. Segundo o órgão, um membro da comunidade Pyelito Kue teria sido baleado e crianças que o acompanhavam foram agredidas com spray de pimenta enquanto colhiam frutas.

As vítimas seriam da etnia guarany-kaiwá e, segundo a assessoria do MPF, vivem em uma área em processo de demarcação com uma população de 230 integrantes. Agentes da PF foram até o local para averiguar a situação e checar se a denúncia procede.

Disputa

Os guarany-kaiwá da região vivem em situação de conflito. No dia 29 de setembro de 2012, a Justiça obrigou a retirada do grupo. Os índios ocupam área de cinco mil m² da fazenda. As lideranças aty guasu, que atuam como um conselho dos direitos da etnia em questão, mandaram uma carta ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) dizendo que haverá "morte coletiva" caso a saída das terras seja realmente efetivada.

Conforme o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a situação dos índios é antiga. "Na década de 20, o estado brasileiro criou oito reservas indígenas em Mato Grosso do Sul. E aí saíram pegando os índios que estavam espalhados em várias partes do estado e colocando nesses locais. Ao mesmo tempo, houve uma política de colonização, concedendo as terras indígenas a particulares", afirma.

Segundo ele, o impasse ocorre porque os indígenas querem de volta os locais originais onde moravam, que para eles tem conotação não apenas de moradia, mas também relação com as crenças religiosas deles.



PEQUENOS AGRICULTORES E ÍNDIOS TUPINAMBÁS BUSCAM ENTENDIMENTO
SÍTIO BLOG DO GUSMÃO, 12.11.2014

A afirmação é de Abiel da Silva Santos, 46 anos, Presidente da Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema. Na entrevista concedida ao repórter Thiago Dias na última segunda, 10, Abiel falou sobre o conflito entre tupinambás e pequenos produtores rurais pelo território que se estende entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema.

A propriedade de Abiel está ocupada desde 2011. O sítio de 12 hectares fica no Acuípe do Meio, distrito ilheense. Segundo ele, benfeitorias construídas no terreno foram danificadas de modo irreversível, como um tanque de piscicultura. Outros cento e cinquenta associados tiveram suas propriedades invadidas.

O assassinato do agricultor Juraci Santana, 44 anos, um dos casos emblemáticos do sofrimento dos pequenos produtores, também é tema da entrevista. O crime ocorreu na madrugada do dia 11 de fevereiro de 2014, no Assentamento Ipiranga. As investigações policiais ainda não identificaram os autores do homicídio.

Alguns assassinatos de indígenas também não foram desvendados. Os crimes relacionados com o conflito por terra são investigados pela Polícia Federal. Conforme informação apurada por este blog, o Ministério da Justiça proibiu agentes e delegados da PF de se manifestar sobre ocorrências desse tipo.

Amparados pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e pelo artigo 231 da Constituição, os indígenas reivindicam a demarcação imediata do território reconhecido por estudo da Fundação Nacional do Índio.

Na entrevista abaixo, Abiel afirma que os verdadeiros habitantes tradicionais da terra disputada são os pequenos produtores rurais e que as pesquisas coordenadas pela FUNAI são fraudulentas. Ele também informa que tupinambás e representantes da associação buscam construir um canal de diálogo.

Blog do Gusmão – A associação que o senhor preside tem quantos membros?
Abiel Santos – Nós temos 8.790 membros.

Blog do Gusmão – Quantas propriedades foram ocupadas?
Abiel Santos – Cento e cinquenta.

Blog do Gusmão – De modo geral, como ocorrem as invasões?
Abiel Santos – Na maioria dos casos, com raríssimas exceções, eles chegam à noite ou de madrugada e determinam a retirada imediata dos moradores que ali estão. Muitas vezes são

CONT.



peessoas infiltradas, que se passam por indígenas para invadir propriedades. Usam armas de fogo, torturam famílias e tem um detalhe: levam tudo o que a pessoa tem. Em vários casos, eles saquearam e abandonaram as propriedades.

Nós temos chamado a atenção das autoridades: tem muita gente se aproveitando do movimento indígena para se passar como índio. Não vou lhe afirmar que os autores desses atos são indígenas, mas, tem muita gente que se aproveita do movimento.

BG – Como a propriedade do senhor foi invadida?

Abiel – Minha propriedade foi invadida duas vezes. Na primeira vez, um grupo de indígenas expulsou o casal que tomava conta [do sítio]. Por sinal, esse casal também era indígena. Aí nós ingressamos na justiça, conseguimos a reintegração de posse, retornamos e colocamos outro pessoal para cuidar da propriedade. Dessa vez, um casal de aposentados.

BG – Isso ocorreu quando?

Abiel: Em 2011. Pouco tempo depois, no ano passado [2013], os indígenas retornaram, desobedeceram a ordem judicial, e voltaram a se apossar da propriedade, colocando o casal de idosos para fora. A situação foi constrangedora. Estava chovendo muito. Os aposentados ficaram na chuva. Nós ficamos impossibilitados de buscá-los. Eles foram acolhidos graças à bondade de um vizinho.

BG – Onde fica a propriedade?

Abiel – Acuípe do Meio.

BG – A propriedade continua ocupada?

Abiel – Sim.

BG – Por favor, fale sobre as circunstâncias da morte do agricultor Juraci Santana.

Abiel – Ele era um dos diretores da associação e um grande líder daquela comunidade. O assentamento [Ipiranga) existe há 17 anos. Juraci foi eleito e reeleito presidente [do assentamento], mas, por força estatutária, não pôde mais continuar no cargo.

De repente, de uma hora para outra, algumas famílias assentadas do INCRA passaram a reivindicar a área também como indígenas. Queriam transformar o Assentamento Ipiranga em uma reserva indígena. Juraci também foi convidado para ser índio, mas, ele mesmo dizia que não era índio e não aceitou se cadastrar como tal.

BG – Isso causou algum tipo de conflito?

Abiel – Sim. Juraci relatava as inúmeras ameaças que recebia. Há vários boletins de ocorrência registrados na Polícia Federal. A associação também notificou as autoridades sobre os riscos que ele estava correndo.

BG – A última ocorrência foi registrada quanto tempo antes da morte de Juraci?

Abiel – Se não me engano, uma semana antes do assassinato. As ameaças contra Juraci foram relatadas ao próprio Ministro da Justiça [Eduardo Cardozo] e à então presidente da FUNAI [Guta Assirati].

CONT.



BG – Como foi a audiência entre a associação e o ministro da justiça?

Abiel – Na audiência, nós apresentamos as inconsistências do processo, porque esse processo é muito falho e fraudulento desde sua origem.

BG – O senhor se refere ao estudo realizado pela FUNAI?

Abiel – Sim. Eles contrataram uma antropóloga portuguesa que, dois anos antes de ser contratada pela FUNAI, publicou um livro chamado Terra calada. Nesse livro, ela afirma, categoricamente, que os índios que habitam aqui hoje não são descendentes dos que aqui habitavam, os tupiniquins, aimorés e botocudos. Portanto, se eles não são descendentes dos que aqui habitavam, eles não são moradores tradicionais. Os moradores tradicionais da região são os pequenos agricultores. Pessoas que têm registros eclesiásticos de 1856. Assim, é impossível dizer que uma pessoa dessa não é a proprietária da terra. E os tupinambás que aqui estão hoje datam de 2004, quando a FUNAI reconheceu [o território indígena].

Nós apontamos isso para o governo. Denunciamos o cadastro fraudulento que a FUNAI fez. As pessoas foram induzidas a se cadastrar como indígenas e depois se arrependeram. Essas pessoas foram na FUNAI e pediram para se “descadastrar”. Quando a FUNAI viu o grande número de descadastrados, determinou que não houvesse mais descadastramento.

BG – Quantas pessoas deixaram o cadastro?

Abiel – Cerca de 650.

BG – O senhor reconhece a identidade do Povo Tupinambá?

Abiel – O processo de reconhecimento de um povo é feito através de uma legislação. Uma vez que a legislação reconhece como tal, eu não posso dizer que não são. Se todos os critérios para o reconhecimento da etnia foram preenchidos, então são tupinambás. Se o governo baixa um decreto e reconhece que são tupinambás, eu não posso duvidar disso. Portanto, se aí estão e se apresentam como tal, então eu vou reconhecer.

Agora, novamente eu digo, nem todos são índios: tem alguém se aproveitando do movimento para praticar vários tipos de crimes. E quem leva a fama [pelos crimes]? As lideranças do movimento.

BG – Há um canal de diálogo entre a associação e os tupinambás?

Abiel – Nós tivemos algumas reuniões com os caciques, com as lideranças indígenas, em que estamos “batendo na tecla”: “somos todos brasileiros, somos todos iguais, precisamos de tratamento igualitário”.

BG – Quantas reuniões ocorreram? Quais indígenas participaram?

Abiel – Participaram cerca de nove caciques tupinambás. Eu gostaria até de não falar muito a respeito, porque estamos ainda em um processo de construção



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Defensoria Pública no encontro “Índios & Quilombolas” em Oriximiná

SÍTIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, 12.11.2014

A Defensora Pública Andréia Macedo Barreto, da Defensoria Pública do Estado do Pará, estará participando do Encontro “Índios & Quilombolas de Oriximiná: trocas de experiência em gestão territorial”, que acontece no período de 14 a 16 de novembro, no Salão Paroquial do município.

Durante os três dias do encontro serão discutidos os seguintes temas: “Articulação Índios & Quilombolas - Resgate da Caminhada”; Gestão Territorial - O que é? Qual a sua importância?; Experiência Indígena - Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas TIs Parque do Tumucumaque, Paru d’Este, Trombetas/Mapuera e Nhamundá/Mapuera; Experiência Quilombola - Oficinas de capacitação em gestão territorial no Alto Trombetas; Índios & Quilombolas - ameaças comuns: reflexão conjunta de índios e quilombolas sobre as pressões e ameaças comuns aos territórios (internas e externas).

A Defensoria Pública do Pará tem uma atuação importante na causa indígena e participa do encontro como forma de atualização para garantir os direitos dessas comunidades.

Texto: Gilla Aguiar



Índios Kisêdjê retomam produção de óleo de pequi

SÍTIO AGUA BOA NEWS, 12.11.2014

O projeto que existia desde 2001 mas não prosperou foi retomado e hoje chefs de cozinha ajudam a difundir o uso do óleo em pratos sofisticados

Muito tradicional entre os índios do Parque Indígena do Xingu (PIX), o pequi começa a dar renda aos Kisêdjê, da Terra Indígena Wawî, que fica em anexa ao PIX. É que desde 2011, o ISA (Instituto Socioambiental), trabalha com um projeto para produção e comercialização de óleo de pequi.

O pequi é muito apreciado pelos índios e faz parte de sua culinária tradicional. Todos os anos eles plantam pequi em roças de mandioca. Em 2006, os índios Kisêdjê plantaram três hectares em uma área degradada, totalizando 263 pés de pequi. A plantação começou a produzir neste ano e a primeira colheita está se iniciando.

Além do uso culinário gourmet, que está sendo descoberto por chefs de cozinha, o óleo é tradicionalmente passado no corpo pelos índios. Na cultura popular brasileira o óleo tem várias funções, como hidratante corporal, remédio para problemas respiratórios e repelente de insetos. A frase bem difundida na região é que roupa do índio era o óleo de pequi.

A ideia de produzir o óleo e vendê-lo à empresa Natura surgiu em 2000, para a produção de cosméticos, mas a iniciativa não progrediu. Em 2011, o projeto foi colocado em prática. De acordo com o colaborador do ISA, Eduardo Malta, os índios estavam buscando uma fonte de renda para suprir suas necessidades básicas, como tratamento de saúde, combustível para os barcos... "Então o ISA resgatou a ideia do óleo do pequi", disse Eduardo.

Primeiro foi realizado um estudo sobre mercado (o óleo é utilizado na culinária, na indústria farmacêutica e de cosméticos); e também um estudo sobre as técnicas de produção.

Projeto pronto, foi conseguido o recurso, que envolveu vários parceiros, inclusive fazendeiros. Uma mini usina para extrair o óleo da polpa do pequi foi construída na aldeia Ngohwêrê. É uma casa de madeira que possui pia inox para lavar os frutos, fogão industrial onde são cozidos os pequis, máquina despulpadeira (inventada pelo produtor Edemo Correa, de Canarana), além de tacho, batedeira e prensa.

A produção em escala comercial do óleo no primeiro ano foi muito baixa. Em 2011 foram produzidos apenas 3 litros. Esse número aumentou para 10 em 2012. Mas o esforço foi recompensado e no ano passado a produção saltou para 170 litros. Neste ano, a produção começa agora e se estende até o término de 2014.

CONT.



Eduardo Malta explicou que o aumento da produção foi possível graças à sabedoria dos índios. Vendo que a produção não era satisfatória, eles voltaram a utilizar sua técnica tradicional na extração do óleo, chamada de extração à frio, que tem o nome técnico de flotação (onde o óleo fica por cima). "Além de aumentar a produção, melhorou também a qualidade, ficando mais transparente e com o cheiro da fruta".

A produção do óleo do pequi hoje movimenta todas as aldeias. "Em 2011 eram apenas dois jovens e no ano passado os cerca de 500 índios Kisêdjê se envolveram de alguma forma nos trabalhos", explicou o colaborador.

Vencida esta etapa, agora há outra.

O mercado para o óleo existe, mas os clientes já possuem os seus fornecedores. No ramo dos cosméticos, um cliente encomendou apenas dois litros. Para conquistar o mercado da culinária, exemplares com o óleo foram enviados para chefs de cozinha de São Paulo para promover o óleo de pequi dos índios do Xingu.

Um deles é o chef Alex Atala, premiado nacional e internacionalmente. Alex vai ajudar a desenvolver o rótulo e uma embalagem para comercializar o óleo do pequi dos Kisêdjê.

"Ele [Alex Atala] disse que o óleo é incrível, diferente daquele que conhecia, o pequi do cerrado. Os chefs de cozinha que avaliaram o óleo do povo Kisêdjê disseram que este tem sabor mais frutado, tem duração mais prolongada no paladar, nível maior de saturação [o que o torna ótimo para frituras], cor viva e transparente, sendo indicado para saladas, massas e para fazer o arroz", explicou Eduardo Malta.

O óleo é vendido a R\$ 80,00 o litro e interessados podem adquirir o produto no ISA em Canarana, avenida São Paulo, Centro, telefone 3478-3491; ou em São Paulo (11) 3515-8900.



Conselho do Povo Terena realiza 6ª Grande Assembleia a fim de debater temas como território, saúde e educação
SÍTIO CIMI, 12.11.2014

Acontece nos dias 19 a 23 de novembro de 2014, a Grande Assembleia do povo Terena, na Terra Indígena Lalima, município de Miranda, Mato Grosso do Sul



Lideranças do Conselho Terena preparam a próxima Assembleia que discutirá temas relacionados ao território, direito, saúde, educação, sustentabilidade e política. Na sua sexta edição, o encontro visa reunir caciques, lideranças de retomadas, mulheres, anciãos e a juventude indígena.

O evento contará ainda com a participação do Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowá, povo Kinikinau, Kadiwéu e Ofaié.

Com mesas específicas para cada área de atuação a novidade desta Assembleia é a Mesa 3 que tratará dos Direitos dos Povos Indígenas em âmbito internacional, abordando a legislação internacional, em especial a Convenção 169 da OIT que consagra princípios importantes como a autonomia, livre determinação dos povos e o direito a consulta e consentimento prévio, livre e informado. Para esta mesa foram convidadas Dra. Samia Roges Jordy Barbieri que é presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB (MS) e Dra. Kenarik Boujikian, Desembargadora do Tribunal de São Paulo e fundadora da Associação Juízes para a Democracia (AJD).

O advogado do Conselho Terena, Luiz Henrique Eloy aponta para importância do evento. "É o momento das lideranças refletirem sobre as demandas da comunidade e principalmente, debaterem sobre os principais entraves para a efetiva demarcação dos territórios tradicionais, visto que desde a Constituição Federal de 1988 apenas uma terra indígena terena foi, de fato, demarcada de acordo com os ditames do Art. 231 da CF/88".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Está prevista também a participação da Coordenadora Executiva da APIB, Sonia Guajajara que vem acompanhando os desafios atuais aos direitos dos povos indígenas e a consecução de políticas públicas específicas para as comunidades indígenas de todo o Brasil.

Foram convidados para a Assembleia entidades que apoiam a luta das comunidades indígenas, tais como, o Ministério Público Federal (MPF), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Associação Juízes para a Democracia (AJD), Departamento de Proteção Territorial da Funai, União e Procuradoria Especializada da FUNAI, Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS, RENAP, CONDEPI e Justiça Global.

O Conselho do Povo Terena integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e, juntamente com Aty Guasu Guarani Kaiowá representa a instancia regional em Mato Grosso do Sul.

Saiba mais sobre o Conselho do Povo Terena: <http://conselhoterenamsw.wordpress.com/>

Ouçã lideranças Terena: <https://www.youtube.com/watch?v=I45MoE5tbIs>

Mais informações:

Lindomar Terena

Luiz Henrique Eloy (adv.luizeloy@gmail.com)

[Veja aqui a programação.](#)





Alto índice de mortalidade entre indígenas leva MPF a recomendar mudanças nos serviços de saúde em Mato Grosso

SÍTIO CIMI, 12.11.2014

Recomendação para que antropólogos façam parte das equipes de atendimento aos indígenas foi enviada ao secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, e para os coordenadores dos DSEIs Xavante e Xingu

A atuação dos profissionais e gestores da área de saúde deve ser orientada por antropólogos. Este é o entendimento do Ministério Público Federal para adequar os serviços de saúde prestados aos indígenas atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Xavante e Xingu, em Mato Grosso, e para fazer cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para aos povos indígenas no Brasil.

Para que a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas seja efetivamente cumprida, o Ministério Público Federal em Barra do Garças encaminhou uma recomendação ao secretário especial de saúde indígena, Antônio Alves, e aos coordenadores dos Distritos Sanitários de Saúde Xavante, Cláudio Rodrigues; e Xingu, Eric Daniel Cantuária, para que contratem antropólogos habilitados a orientar a atuação dos gestores e profissionais de saúde.

Segundo o procurador da República Wilson Rocha Assis, a compreensão dos modos de vida dos povos indígenas é essencial ao atendimento das comunidades, devendo nortear os gestores responsáveis pela definição das rotinas adequadas às especificidades socioculturais dos povos, garantindo um atendimento digno e em conformidade com os diplomas normativos nacionais e internacionais que garantem atendimento diferenciado à saúde dos povos indígenas.

O atendimento de saúde que considere as especificidades de cada comunidade está previsto na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002, do Ministério da Saúde) e no subsistema de saúde indígena. Essas duas normativas nacionais possuem diretrizes para a adequação dos recursos humanos empregados nos serviços de saúde para uma atuação em contextos interculturais, bem como a promoção de ações específicas em situações especiais.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas prevê, também, que os Distritos de Saúde Indígena devem contar com a participação sistemática de um antropólogo no seu quadro funcional.

Mortes - Uma das situações mais preocupantes em se tratando dos povos indígenas que habitam a porção leste de Mato Grosso é a mortalidade infantil. De acordo com informações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia, de janeiro de 2013 a março de 2014

CONT.



foram registradas 31 mortes de crianças indígenas com idade inferior a dois anos, na região do Médio Araguaia, no leste de Mato Grosso, na divisa com Tocantins e Goiás.

Para compreender as causas da alta taxa de mortalidade na região, a Secretaria Especial de Saúde Indígena já considerou a necessidade de realizar uma investigação antropológica aprofundada das questões culturais relativas à nutrição indígena.

A participação das comunidades indígenas na definição de políticas para os serviços prestados a elas também está previsto na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Em seu artigo 25, inciso 2, a Convenção prevê que os serviços de saúde deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais.

Mas o que se vê na realidade são serviços de saúde prestados que não levam em consideração as particularidades do modo de viver indígena. O estudioso Cláudio Fortes Garcia Lorenzo, em artigo publicado na Revista Bioética* afirma que "Não é raro encontrar no âmbito local das práticas dos gestores e profissionais responsáveis pela assistência à saúde indígena o desconhecimento completo da matriz cultural diferenciada que sustenta os sistemas médicos indígenas e justifica suas práticas".

Justiça do Amazonas autoriza que índio tenharim preso seja empossado como cacique de aldeia

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 12.11.2014



Prisão dos índios afetou a realização de festa cultural dos tenharim
(Foto: Arquivo Pessoal/Fernando Sebastião)

A Justiça do Amazonas determinou a transferência dos cinco indígenas da etnia tenharim acusados pelas mortes de três homens na BR-230 (Transamazônica) da cadeia no município de Lábrea, no sul do Estado, para um território onde vivem índios isolados, a reserva Hi-Merimã. Também autorizou que um deles, Gilvan Tenharim, seja empossado como novo cacique, em festa celebrada na sua aldeia, na Terra Indígena Tenharim. Outro indígena preso, Domiceno Tenharim, foi liberado para participar do principal ritual dos tenharim, a Festa do Mboatawa.

Gilvan Tenharim assumirá a chefia como cacique da aldeia Kampinhu´ú, no lugar do pai, Ivan Tenharim, morto ano passado. Ele é o filho mais velho de Ivan e irmão de Gilson, que também está preso.

O secretário municipal de povos indígenas de Humaitá, Ivanildo Tenharim, disse à agência Amazônia Real que o período das festas será de 10 dias. Este será o prazo que os dois indígenas poderão ficar nas aldeias. Depois, retornam para a Terra Indígena Hi-Merimã.

A Festa do Mboatawa, composta, entre outros, por cerimônias de casamento e ritos de iniciação de passagem para a vida adulta, tradicionalmente ocorre em julho, mas foi suspensa devido à prisão de Domiceno Tenharim, cacique da aldeia Taboca. Ele havia sido escolhido em 2013 como o organizador do ritual deste ano.

CONT.



A transferência de Gilvan Tenharim, Gilson Tenharim, Domiceno Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim da cadeia do município de Lábrea para a Terra Indígena Hi-Merimã foi autorizada no início deste mês pelo juiz Jéferson Galvão de Melo, titular da Comarca do município de Humaitá, onde está localizada a Terra Indígena Tenharim.

Jéferson Galvão de Melo atendeu um pedido da Procuradoria da Funai (Fundação Nacional do Índio), que assumiu há dois meses a defesa dos cinco indígenas no lugar da Defensoria Pública da União (DPU). O advogado do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Adelar Kupinski, continua na assistência aos índios.

A Terra Indígena Hi-Merimã faz parte da jurisdição de Lábrea. Da sede do município até a reserva, são cerca de oito horas de viagem de voadeira (pequena embarcação de motor) pelo rio Purus. Não há acesso via terrestre. A reserva é ocupada por populações de índios isolados. No local, a Funai mantém uma base da Frente Etnoambiental, onde servidores se revezam no trabalho de monitoramento.

Em nota enviada à agência Amazônia Real, o Ministério Público do Estado do Amazonas disse que a promotoria de Humaitá deu parecer favorável à solicitação da Procuradoria da Funai de transferir os cinco índios tenharim para que eles pudessem participar de rituais na aldeia. Segundo a nota, a decisão não foi monocromática (apenas do juiz).

Na sua solicitação, segundo o MPE, a Procuradoria da Funai informou que a ausência dos indígenas no ritual ocasionaria "graves consequências para a aldeia toda, inclusive com o risco de suicídio coletivo entre os índios".

"Foi no sentido de atender a questão cultural indígena e evitar mortes que o MP-AM se manifestou de forma favorável ao pedido da Funai, mas reforça que o posicionamento do órgão não representa, de forma alguma, impunidade, visto que o MP-AM já denunciou os cinco indígenas pelos assassinatos dos três homens não índios, e que o processo do caso tem tramitado de forma regular na Comarca de Humaitá, caminhando para o julgamento", disse nota da assessoria de imprensa do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Na nota, o MPE informa que a "participação dos indígenas no ritual também não coloca em risco a integridade física deles, até pelo fato de que o local onde será feito o evento é isolado, e explica que não há risco de fuga deles, visto que os cinco serão acompanhados pela Funai".

Em entrevista à agência Amazônia Real, o juiz Jéferson Galvão de Melo disse que optou por não dar liberdade para os indígenas, como pediu inicialmente a defesa, para evitar "uma grande repercussão na cidade".

"Não há ambiente para se soltar. Poderia ocorrer uma desordem generalizada. As famílias dos mortos não têm nenhuma dúvida que foram eles e se soltá-los no atual momento poderia ocorrer manifestação. Mas também não havia a menor condição de mantê-los no lugar (cadeia) onde estavam. Ali não tem presídio e tinha a questão da segurança. Então decidi pela transferência para outra área. A Funai e a família optaram pela terra dos índios Hi-Merimã.

CONT.



Eles serão entregues à Funai e caberá ao órgão monitorá-los”, disse Jéferson Galvão de Melo.

Ivanildo Tenharim, 35, disse à Amazônia Real que, apesar de ser em uma área de difícil acesso, a Terra Indígena Hi-Merimã é “melhor do que cadeia”.

“Eles ficarão sob a custódia da Funai. Toda vez que o juiz precisar ouvi-los a Funai será responsável por eles. Vai ficar complicado para visitá-los, mas pelo menos a família poderá fazer isso de vez em quando”, disse Ivanildo.

O secretário afirmou que, até nesta terça-feira (11) esperava “resposta” da Funai a respeito da operacionalização da transferência dos indígenas.

Nos próximos dias 10 e 11 de dezembro, o juiz Jéferson Galvão de Melo realizará a fase de depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa para decidir se os indígenas vão a julgamento de júri. Ele disse que o julgamento deverá ocorrer em Manaus. “Aqui em Humaitá não tem clima para esse julgamento, pois corre o risco de não ser justo e isento. O mais prudente é transferir para Manaus”, disse o juiz.

Os cinco indígenas são acusados de homicídio, sequestro e ocultação de cadáver de Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador. Os três homens desapareceram no dia 16 de dezembro passado na rodovia BR-230 (Transamazônica), no trecho dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos, que fica no município de Humaitá, no sul do Amazonas, a 591 quilômetros de Manaus. Eles negam serem os autores das mortes dos três homens.

Decisão revolta famílias

A decisão da Justiça de Humaitá pela transferência de local de prisão dos cinco indígenas tenharim, além da autorização para que eles participem de um ritual na aldeia Marmelos, revoltou os familiares dos mortos Stef Pinheiro de Souza e Luciano Freire.

A viúva de Luciano Freire, Adriana Lopes Freire, 28, disse que as famílias pretendem “fechar a estrada” no próximo dia 16.

“Nunca vi índio preso em aldeia. Não aceitamos essa decisão por isso vamos pedir que o juiz volte na sua decisão. Queremos que as viúvas e os filhos também sejam atendidos. Para os índios, têm tudo. Para nós, ninguém olha. Saiu na mídia que o governo prometeu ajudar as famílias e até agora não recebemos nada. Não temos ajuda de custo, nem cesta básica”, disse a viúva. Segundo Adriana, desde a morte do marido, os filhos Luigi, de três anos, e a Aliandra, de 10, passam por tratamento psicológico.

Irisneia Santos Azevedo de Souza, 37 anos, viúva de Stef Pinheiro de Souza, disse que é contra a transferência e a autorização para que os índios participem de um ritual na aldeia. Segundo ela, a população de Humaitá está revoltada com a decisão judicial, que acontece no momento em que a cidade se prepara para celebrar a missa de um ano das mortes dos três rapazes.

CONT.



“Desde que recebemos essa notícia da decisão da Justiça não durmo direito. Sinto dor de cabeça e estou nervosa e tomando remédios. É um pouco caso com a vida do meu marido, que está enterrado. Foi através de um ritual, segundo a Polícia Federal, que um pajé mandou pegar os meninos para vingar a morte do cacique. Então, voltou na memória aquele sofrimento do período que eles estavam desaparecidos. Deixar os índios acusados sair da cadeia é uma temeridade. Eles vão fugir. E o juiz falou nessa possibilidade. Por que um branco pode ficar na prisão até a sentença e um índio não?”, afirmou Irisneia de Souza.

Segundo o advogado Carlos Terrinha de Souza, que defende as famílias dos mortos, a decisão do juiz foi monocrática e não cabe recurso da parte da acusação. “Não cabe da minha parte ingressar com um recurso pois sou assistente da ação penal. A decisão é monocrática do juiz de Humaitá, então cabe recurso do Ministério Público ao Tribunal de Justiça para reverter a decisão”, disse o advogado.

Carlos Terrinha afirmou que a população de Humaitá está revoltada com uma possível fuga dos índios numa eventual transferência deles para aldeia Marmelos.

“Com relação ao clima de revolta na cidade, estamos peticionando o procurador geral Fábio Monteiro para enviar uma força-tarefa para Humaitá e não deixar a população da cidade na berlinda. A população está revoltada porque os índios sairão da cadeia para participar de uma festa de caciques. Isto é muito temerário no atual momento do processo criminal”, afirmou.

Custódia da Funai

Procurada pela reportagem, a Funai disse por meio de sua assessoria de comunicação que o pedido de transferência dos indígenas tenharim para o regime de semiliberdade fundamentou-se no parágrafo único do artigo 56 do Estatuto do Índio.

O parágrafo diz que “as penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximos da habitação do condenado”.

“Entretanto os indígenas permanecem custodiados pelo Estado em regime de semiliberdade”, disse nota da assessoria.

A Funai foi questionada sobre o planejamento da transferência dos indígenas para a reserva Hi-Merimã mas não se pronunciou. Respondeu apenas o seguinte: “Cumprindo o papel desta Fundação de garantir o direito dos indígenas, e na busca de preservar a integridade física dos índios que estão presos pelo caso de Humaitá, a Funai não irá prestar declarações, nem detalhar a ação que envolve a transferência deles”.

O advogado Adelar Kupinski, que também defende os cinco tenharim, disse que a primeira solicitação foi para que os indígenas fossem soltos e pudessem permanecer em suas aldeias. Segundo Kupinski, ninguém pode ser considerado culpado sem uma sentença transitada em julgado.

CONT.



“Os índios estão presos por um período excessivo, dispõem de residência fixa, têm bons antecedentes e de forma alguma pretendem atrapalhar a instrução processual e as investigações. Até porque os índios, através de diversas cartas, têm afirmado de que não são os responsáveis pelo ocorrido com os três não índios e que a investigação policial é falha. Os índios confiam na justiça brasileira”, disse o advogado.

Tenharim se mobilizam

A Festa de Mboatawa é formada por várias cerimônias, entre casamentos e rituais de iniciação. Tradicionalmente, ela é realizada em julho, mas em 2014 foi suspensa devido à prisão de Domiceno, que em 2013 foi escolhido para ser o organizador da festa. Mboatawa significa na língua tenerim “castanha na poqueca”, cujo preparo é feito na folha de bananeira. Ivanildo Tenerim disse que, costumeiramente, a festa dura 30 dias, mas será encurtada em 2014. Não havia possibilidade de Domiceno ser substituído, segundo Ivanildo, pois a festa “não sairia da forma como ele planejou”.

Já Gilvan Tenerim vai assumir como cacique da aldeia Kampinhu’ú. Desde sua prisão, a chefia da aldeia vem sendo assumida interinamente por seu tio. Contudo, após o ritual, ele deverá retornar para a Terra Indígena Hi-Merimã.

“Pelo menos lá eles ficarão em semiliberdade, sob vigilância da Funai. E terão um mínimo de estrutura”, disse Ivanildo, que desde a prisão dos cinco rapazes e as consequências do conflito envolvendo indígenas e não indígenas em função da repercussão do caso, tem atuado como o principal interlocutor entre os tenerim e os órgãos públicos federais, incluindo Ministério da Justiça, Funai e Procuradoria da República.

“Estou fazendo viagens para tratar de vários assuntos, desde a prisão dos meninos até a situação que estamos vivendo. Queríamos resolver a prisão e conseguimos que eles não fossem para Manaus. Só começamos a ter algum resultado em relação a eles quando a Funai entrou. Antes, as autoridades não queriam ouvir a Funai. Só mandavam gerais, que não sabiam conduzir”, disse.

Problemas na saúde

Ivanildo Tenerim afirmou que uma de suas lutas mais recente tem sido resolver o atendimento à saúde dos indígenas do sul do Amazonas. Desde o final de dezembro, quando a sede da Casa de Saúde Indígena (Casai) foi incendiada, os indígenas de diferentes etnias (tenerim, jiahui, torá, parintintin, miranha, mura) atendidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) estavam sem um local para o alojamento durante tratamento de saúde em Humaitá.

“Há dois meses conseguimos alugar dez quartos em um hotel onde os doentes ficam hospedados. Mas o local não é adequado, não tem serviço de plantão. Desde os conflitos, a equipe de saúde foi reduzida pela metade. São apenas 30 profissionais de saúde, entre eles um médico cubano, para atender uma população de três mil indígenas”, disse Ivanildo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Conforme o indígena, a dificuldade tem sido encontrar um terreno para construção da nova sede da Casai. "A dificuldade também tem sido agendar atendimento à saúde de média e alta complexidade", afirmou.

O ano letivo está se normalizando. As aulas do ensino médio e superior se adequaram ao calendário e "o preconceito tem diminuído", segundo Ivanildo.

Ele afirmou também que o clima de animosidade contra os tenharim tem reduzido. "Em Humaitá, a população está mais calma e se relaciona normalmente com muitos de nós. O clima só continua um pouco ruim em Santo Antônio do Matupi (distrito localizado no KM-180 da Transamazônica, vizinha da Aldeia Marmelos) e em Apuí", disse ele



MPF manda apurar suspeita de agressões contra índios

SÍTIO DOURA NEWS, 12.11.2014

O MPF (Ministério Público Federal) requisitou domingo (9) à noite, da PF (Polícia Federal) de Naviraí, a instauração de inquérito policial para apurar denúncia de violência contra indígenas da etnia guarani-kaiowá, na fazenda Cambará, em Iguatemi. Segundo informações preliminares, um índio teria sido baleado na perna e crianças que o acompanhavam agredidas com spray de pimenta, enquanto colhiam frutas nativas. Há suspeitas de que seguranças contratados por fazendeiros da região tenham cometido as agressões.

Na segunda-feira (10), o delegado da Polícia Federal responsável pela apuração dessa suspeitas dirigiu-se até o local com uma equipe e com servidores da Funai. A área está em processo de demarcação e cerca de 230 indígenas da comunidade Pyelito Kue ocupam a fazenda.

Suicídio coletivo

Em 2012, a comunidade Pyelito Kue ficou nacionalmente conhecida quando divulgou carta de repúdio à decisão judicial que determinou a reintegração de posse da área que ocupavam. À época, eles disseram que a determinação da Justiça levaria a um suicídio coletivo de toda a comunidade, já que a sobrevivência dos indígenas na região estaria inviabilizada.

A carta gerou comoção nacional e manifestações a favor da causa indígena em diversas capitais de todo o mundo. As redes sociais também foram utilizadas pela sociedade para manifestar apoio à comunidade.



MARABÁ: ÍNDIOS QUEREM EXPLICAÇÕES DA PF SOBRE PRISÃO DE ELTON SURUÍ
SÍTIO BLOG SAGA NEWS, 12.11.2014

Clima tenso na sede da FUNAI de Marabá, nesta terça-feira (11). Representantes da etnia Suruí tiveram uma reunião com representantes da Fundação do Índio e também com a Defensoria Pública.

Os indígenas querem que a FUNAI cobre da Polícia Federal explicações sobre o procedimento durante a prisão do cacique Elton Suruí, quando agentes constrangeram o indígena diante da Imprensa e da comunidade.

Por isso, os indígenas querem não apenas a soltura de Elton Suruí, mas também explicações da Polícia Federal, como relatou o coordenador da Defensoria Pública na região, José Erickson Ferreira Rodrigues.

Por sua vez, o indígena Clelton de Oliveira Suruí, irmão de Elton Suruí, diz que a aldeia está desolada desde a prisão do cacique. As crianças não vão à escola, as roças estão abandonadas, pois eles perderam seu líder.

Sem contar no desgaste que é ter de se deslocar 110 km todos os dias até Marabá em busca de notícias sobre o cacique, que está preso em Santa Izabel, a quase 500 km de distância.

Elton Suruí foi preso há duas semanas, acusado de extorsão, depredação de patrimônio público e cárcere privado, durante protestos feitos em abril deste ano, na unidade de saúde indígena em Marabá.

Segundo os índios, as reivindicações de melhorias para a saúde das tribos nunca foram atendidas. A única resposta da justiça foi a prisão de Suruí. (Fonte: Marabá Notícias)



Funai inicia estratégia para criar Mega Terra Indígena em zona agrícola do Mato Grosso

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 12.11.2014

Foi publicado no Diário Oficial de hoje a Portaria da Funai nº 1238 constituindo mais um Grupo de Trabalho com o objetivo de iniciar nova demarcação no Mato Grosso. De acordo com o texto a nova terra indígena se chamará Roro-Walu e é tradicionalmente ocupada por índios Ikpeng. A criação de grupos de trabalhos isolados em dadas diferentes esconde uma estratégia do indigenismo para criação de uma mega terra indígena no coração da área agrícola do Mato Grosso. A nova área deve ficar no município de Paranatinga e pode unir várias outras terras indígenas já demarcadas e outras ainda em estudo na região.

Antes da ocupação agropecuária da região sul do Mato Grosso, a área era disputada a golpes de borduna e flechadas entre índios ikpeng, bakairi, bororo e as hordas xavantes vindas do leste. A região onde fica a Terra Indígena Barambubure e outras terras indígenas da região resultam da demarcação em ilhas de uma área que, como o resto do Brasil, foi toda ocupada por índios.

Depois da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Terra Indígena Raposa Serra Sol, que determinou a demarcação em área contínua de várias terras indígenas ocupada por etnias diversas, o indigenismo iniciou uma estratégia para unificar as áreas já demarcadas para os xavante e bororo na região sul do Mato Grosso.

A própria Terra Indígena Parambubure já foi ampliada duas vezes e já há outros quatro estudos de ampliação. A portaria publicada hoje pode resultar em mais uma terra indígena demarcada em ilha e deve sustentar uma futuro pedido de unificação em área contínua com o precedente do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa Serra do Sol.

A região onde ficam hoje as cidades de Paranatinga e Campinápolis é ocupada por milhares de agricultores, grandes e pequenos, além de abrigar vários assentamentos da Reforma Agrária. Preparem-se. Podemos estar diante na nova Raposa Serra do Sol.

Fonte: Questão Indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Ministério da Saúde abrirá seleção para a Saúde Indígena

SÍTIO GAZETA ON LINE, 12.11.2014

Processo seletivo substituirá o concurso já previsto e será destinado à reposição de pessoal das nas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI).

Em audiência pública, ocorrida em 07 de novembro de 2014, o Ministério da Saúde (MS), o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Ministério Público Federal (MPF) chegaram a um consenso quanto à realização do processo seletivo para contratação de profissionais para atuarem nas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) de todo o país.

Ficou acordado que, em substituição ao concurso público, previsto no Termo de Conciliação Judicial (MPOG x MPT), o Governo Federal deverá apresentar, no prazo de 60 dias, um plano de trabalho para realização de processos seletivos públicos nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Concurso Ministério da Saúde 2015

A proposta apresentada pelo Governo Federal de substituir o concurso público por um processo seletivo, simplificado e regionalizado por DSEI foi fundamentada com base nas deliberações da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), realizada em dezembro de 2013. Durante as plenárias, os delegados foram unânimes ao dizer não à realização do concurso.

A nova proposta prevê processos seletivos com critérios objetivos e regras diferenciadas, que garantam as especificidades de cada grupo indígena e que levem em conta a atuação dos atuais trabalhadores na área de saúde indígena.

- "O concurso não vai resolver a nossa situação. Olhe o exemplo de Roraima, que realizou concurso para saúde indígena na década de 90 e hoje quase não há nenhum dos concursados trabalhando por lá. Não adianta o concurso porque, para trabalhar com o nosso povo, precisa ter perfil. Além disso, não queremos perder anos de convívio com os profissionais que já trabalham com nossas comunidades há muito tempo", explica o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) do Médio Rio Purus, João Pantoja.

Informações do Ministério da Saúde

MPF cobra estradas trafegáveis na Reserva Indígena

SÍTIO O PROGRESSO, 12.11.2014

Indígenas estiveram ontem em frente a sede da Justiça Federal por cascalhamentos nas aldeias. MPF diz que há recursos de R\$ 2 mi para isto!



Ato público reuniu principais lideranças indígenas que reivindicam melhorias nas estradas da Reserva de Dourados. (Foto: Hédio Fazan)

O Ministério Público Federal entrou na Justiça ontem com ação civil pública cobrando aplicação de R\$ 2,2 milhões em recursos que teriam sido pagos pela União ao município nos anos de 2012 e 2013. Estes investimentos seriam para a realização de obras como cascalhamento e manutenção nas reservas. A ação foi protocolada na tarde de ontem com ato público das principais lideranças da Reserva Indígena de Dourados.

O procurador da república Marco Antônio Delfino, disse ao O PROGRESSO que a ação pede que os investimentos sejam aplicados. "Foram disponibilizados ao município recursos para aquisição de materiais e equipamentos como caminhão patrulha, niveladora, entre tantos outros que são suficientes para promover a manutenção das estradas na reserva. O município precisa se conscientizar de que a reserva é uma extensão do município e assim como qualquer bairro merece esta atenção. Por que a aldeia tem que ser excluída deste direito?", indaga.

O procurador diz que a comunidade sofre a falta de acesso. "Hoje a população indígena está ilhada com as chuvas que ocorreram nestes últimos dias. Isso reflete diretamente na vida da população que chega a correr risco de morte. Para se ter uma ideia, a falta de manutenção das estradas faz com que ambulâncias não consigam transitar e prestar socorro às pessoas. Nesta fase do 'ninguém entra e ninguém sai', as crianças indígenas passam vários dias sem ter como ir para a escola. Os adultos são impedidos de trabalhar e ganhar seu sustento. Este, que parece um simples problema acaba desencadeando muitos outros e por esta razão estamos

CONT.



cobrando providências”, destaca o procurador, observando que a ação pede o cascalhamento em toda a reserva.

O presidente do Conselho Indígena de Dourados, Sílvio de Leão diz que a população está praticamente isolada por falta da manutenção das estradas. “Hoje ninguém pode sair de casa. É um verdadeiro atentado à liberdade de ir e vir o que acontece em nossa Reserva”, destaca.

O presidente do Observatório Indígena, advogado Wilson Matos diz que os recursos existem, mas as melhorias nunca chegam. “Quando a cidade de Dourados recebe investimentos da União sobre a Saúde, Educação, infraestrutura e outros setores, o que o governo federal leva em conta é a renda per capita do município que leva em consideração a população indígena. Depois existem outros recursos em programas específicos para as comunidades, que são destinadas ao município. O que quero dizer com isto é que o município acaba recebendo duas vezes para prestar um serviço na Reserva, mas estas melhorias não chegam. Elas devem estar sendo aplicadas em outros bairros”, destaca.

A comunidade indígena também lembrou da falta das salas de aula na Reserva que deixa 600 crianças fora da escola. Esta reivindicação foi objeto de ação civil pública e a secretaria de Educação diz que precisa unir esforços entre a tripartite para buscar uma solução.

O PROGRESSO entrou em contato com a Assessoria de Imprensa da Prefeitura e recebeu a informação de que o secretário de Obras, Luiz Araújo, que poderia prestar esclarecimentos sobre as reivindicações indígenas estaria em Brasília cumprindo agenda de trabalho. A Assessoria informou ainda que todas as indagações poderão ser amplamente esclarecidas assim que o titular retornar, o que ocorrerá nos próximos dias



Polícia pede prisão de suspeito de matar líder indígena com 35 facadas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 12.11.2014

A Polícia Civil pediu à Justiça a prisão de um homem com quem a líder indígena kaiowá Marinalva Manoel, 27 anos, tinha um relacionamento e estava morando com ele até ser assassinada com 35 golpes de faca em Dourados, a 233 km de Campo Grande. Entretanto, a prisão ainda não foi decretada.

O homem, cuja identidade não foi divulgada, é suspeito de ter matado Marinalva. O corpo foi encontrado na manhã o dia 1º deste mês, na beira da BR-163. Ele está desaparecido. A morte de Marinalva provocou reação da ONU (Organização das Nações Unidas), que pediu celeridade nas investigações.

O delegado Edmar Batistela, da 2ª Delegacia de Polícia de Dourados, informou que ouviu o depoimento de sete pessoas entre familiares, conhecidos que tiveram contato com Marinalva nos dias anteriores ao crime e um funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Ao Campo Grande News, o policial disse que o homem é o único suspeito do crime. Marinalva morava no acampamento indígena "Nhu Porã", próximo à MS-156, e lutava pela demarcação da área, localizada entre os bairros Jardim Guaicurus e Parque das Nações, no perímetro urbano da cidade. Entretanto, dias antes de ser morta ela teria deixado o acampamento para viver com o companheiro em outro local.

Batistela considera esclarecido o assassinato da líder indígena e afirma não existir indícios de que ela tenha sido morta por causa de seu envolvimento na luta pela demarcação das terras. Para ele, o motivo foi passional. "Só aguardo o laudos e a prisão do suspeito para concluir o inquérito", afirmou. Os laudos vão ajudar a polícia a saber se Marinalva foi morta no local onde o corpo foi encontrado e se ela sofreu violência sexual.

O grupo de índios ao qual Marinalva fazia parte mora em um acampamento localizado numa área reivindicada pelos índios, cujos estudos antropológicos iniciais apontaram como terra indígena. Entretanto, o local pertence a uma empresa de paisagismo e parte está sendo loteada.

Recentemente o MPF (Ministério Público Federal) alertou às pessoas que estão comprando terrenos no loteamento "João Carneiro Alves" sobre a eventual demarcação.

"Toda a área está passando por levantamento antropológico pelo Grupo Técnico Dourados-Amambaipeguá, que já identificou elementos comprobatórios de ocupação tradicional por indígenas guarani-kaiowá", afirmou o MPF.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Duas semanas antes de ser assassinada, Marinalva participou de protesto de índios de Mato Grosso do Sul em Brasília, contra decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que barra a demarcação de uma área em Caarapó e poderia gerar uma reação em cadeia em todo o país. Por três votos a um, a 2ª Turma do Supremo decidiu que os índios não teriam mais direito pela terra porque não estavam no local antes de 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Na semana passada, a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, pediu “rigor” e “celeridade” na investigação sobre o assassinato de Marinalva Manoel.

“O assassinato de Marinalva Manoel nos acomete de extremo pesar pela violência e pela truculência com que sua vida foi ceifada. Frente ao perfil e às ameaças recebidas pela vítima, são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero”, afirmou Nadine Gasman em nota oficial.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Ação solidária combate falta de água na reserva indígena de Dourados

SÍTIO RÁDIOS EBC, 12.11.2014

Moradores da cidade organizam campanha pela internet para levar água a indígenas das aldeias urbanas da região

Grupo de voluntários realiza ação de arrecadação de dinheiro para efetuar reparos em canos para que a água possa chegar aos poços que abastecem as aldeias Jaguapiru e Bororo. Em parceria com profissionais e comerciantes, a ação visa chamar a atenção da população brasileira para a situação vivida pelos Guarani Kaiowá de Dourados no Mato Grosso do Sul.

Segundo os ativistas, o governo já abriu licitação para a reestruturação do abastecimento nas aldeias, mas como a situação é emergencial, o objetivo da ação é criar uma situação de conforto para que os índios possam esperar o fim da licitação e das obras estruturantes. Outra preocupação é que os indígenas evitem água de poços ou riachos próximos que estão contaminados. Isso porque a ingestão de água contaminada pode aumentar os problemas de saúde da população, especialmente nas crianças.

No Amazônia Brasileira desta quinta-feira (13), a ativista de Direitos Humanos, Isabel Carmi Trajber, explica os detalhes da campanha solidária, que, até o momento, já arrecadou metade do dinheiro necessário para a realização do conserto dos canos.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.

Edição: Ligya Mari



Indígenas Borari e Arapium conseguem embargo de madeiras após pressão no IBAMA

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 12.11.2014

Os habitantes da Terra Indígena (TI) Maró tiveram uma primeira vitória na luta contra a exploração ilegal de madeiras dentro de seu território. As denúncias relativas à ação das madeiras na TI resultaram no envio de notificações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para as empresas exploradoras e, em alguns casos, o embargos das atividades.

O procedimento é resultado de uma vistoria realizada na área pelo Ibama, no dia 2 de novembro. Todas as empresas identificadas dentro da TI Maró foram notificadas pelo órgão. O Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) estão acompanhando a ação.

Uma reunião realizada nesta terça-feira (11) entre os indígenas e o MPF, também foi estudada a possibilidade de desautorizar os planos de manejos concedidos dentro da TI.

A partir da recente ação dos órgãos, as cerca de 30 famílias que estavam acampadas em área de exploração retornaram às suas aldeias na última quinta-feira (6).

Sobre a ocupação

A TI Maró está localizada na cidade de Santarém/PA, e é marcada pelo alto potencial de recursos naturais e pela diversidade de povos tradicionais. Mas a exploração de madeira no território ameaça a conservação da biodiversidade necessária para a manutenção social e cultural desses povos.

No final de outubro, indígenas das etnias Borari e Arapium ocuparam uma área dentro da TI apropriada pela Fazenda Curitiba. Os ocupantes protestavam contra o corte de 15 árvores, todas de alto valor comercial, como maçaranduba, jatobá, ipê, amarelão, itauba, uxi e pequiá. Os indígenas também trancaram a estrada que corta o território tradicional e serve de via de transporte ilegal de toras.

O corte das árvores da ocupação foi feito em área pleiteada por Celso José Hoffman, que conseguiu Autorizações para Exploração Florestal (AUTEF 2974/2014) via Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. Pelo menos 50% do Projeto de Manejo do madeireiro está dentro da TI, o que é juridicamente ilegal, por ser violação aos direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Com a notificação e o embargo da madeireira, os habitantes da Terra Indígena Maró estudam a possibilidade de construir no local um Centro de Apoio que garantirá o reflorestamento da área.



Encerramento do 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena SÍTIO REL UITA, 12.11.2014

Sem terra não há educação, afirmam povos indígenas
Encerramento do 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena



Com os gritos de guerra “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito” e “sem terra não há educação”, professores indígenas veem nesse encontro um fortalecimento de seus saberes e um aviso de que a luta pela terra não enfraquecerá.

De 28 a 31 de outubro, professores, professoras e lideranças indígenas, representantes de 52 povos de todas as regiões do Brasil, reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, no II Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena, debateram e refletiram sobre a situação da educação escolar indígena no Brasil.

No encerramento do evento, com os gritos de guerra “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito”, “Direitos conquistados não podem ser negados” e “sem terra não há educação”, redigem um manifesto onde afirmam abraçar a luta por uma verdadeira educação indígena, específica, diferenciada e de qualidade. Os professores reconhecem também que este encontro foi um fortalecimento do conhecimento e das sabedorias dos seus ancestrais.

Através deste manifesto, visam a reivindicar o reconhecimento e o respeito aos sistemas de educação próprio de cada povo, cada um com suas especificidades, seu modo de ser, viver, de se organizar, de se relacionar com o sagrado. Reivindicam também o reconhecendo de suas bibliotecas, disciplinas e territórios tradicionais.

Pois, percebe-se como relevante o Modelo de Educação Própria, experimentado pelo povo indígena Shuar, do Equador, que luta contra um modelo de educação colonizador, ameaçador das identidades, sendo importante construir sistemas abertos, focados na sua realidade, na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

sua luta pela sobrevivência, pelos seus territórios, seus saberes, modos de produção e cosmologias.

O manifesto também repudia a omissão dos Estados e Municípios, por não priorizarem o investimento de recursos nas escolas indígenas, por suas interferências constantes visando a não sistematizar os currículos indígenas no sistema nacional de educação.

O documento ainda alerta haver uma falta de participação ativa dos povos indígenas na reformulação dos currículos e na criação das Universidades Indígenas, exigindo que as esferas federal, estaduais e municipais reconheçam a autonomia das escolas indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

VIII edição dos Jogos Indígenas Pataxó de Porto Seguro

SÍTIO RESERVA PATAXÓ ALDEIA VELHA, 12.11.2014



Na VIII edição dos Jogos Indígenas Pataxó de Porto Seguro que acontecerá entres os dias 13 e 16 de novembro de 2014 teremos, O Fórum Social Indígena com a Temática Mulher. O Fórum é um espaço onde estaremos propiciando discussões sobre os avanços e desafios visando à contribuição e melhoria nas políticas públicas. O espaço é aberto onde esperamos receber estudantes, indígenas, professores, pesquisadores enfim todos que queiram somar e abrilhantar este evento.

[Programação jogos indígenas pataxó.pdf](#)

Texto: Angelo Pataxó



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Terra Indígena de Charrua inicia plantio da lavoura coletiva

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 12.11.2014

Através da parceria realizada entre a Prefeitura de Charrua e a Terra Indígena do Ligeiro, vem sendo possível o cultivo da terra na reserva para o plantio da soja. A lavoura coletiva será de 70 hectares.

Conforme o prefeito Vanderlei Simionatto, três tratores e plantadeiras foram cedidos da Patrulha Agrícola de Charrua e entraram em ação na semana passada.

Segundo o cacique, Florindo Lima, a parceria estabelecida significa um grande avanço. "É uma ajuda importante para adiantarmos o plantio", afirma o cacique.



Comunidade quilombola do Maranhão é ameaçada por fazendeiro

SÍTIO MST, 12.11.2014

Da Anistia Internacional

Cerca de 20 famílias da comunidade quilombola de São José de Bruno, localizada em Matinha, no Estado do Maranhão, estão sendo ameaçadas e intimidadas por um fazendeiro local. O fazendeiro colocou um homem armado na região para pressionar os membros da comunidade a saírem das terras restantes.

Há cerca de três meses, um fazendeiro local invadiu parte do território da comunidade São José de Bruno, desmatou e cercou parte da área e soltou seu gado ali, impedindo que algumas das famílias mantivessem seus cultivos na área. Após diversas tentativas por parte da comunidade de protestar contra as ações ilegais do fazendeiro, ele contratou um homem armado para patrulhar a região.

O fazendeiro também ameaçou, verbalmente, alguns membros da comunidade e disse que pretendia tomar as terras, que pertenciam a ele e que "isso poderia até mesmo resultar em mortes".

São José de Bruno é o lar de cerca de 20 famílias e já foi oficialmente reconhecida como território quilombola em setembro de 2013. Em dezembro de 2013, o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) formalmente reconheceu o direito da comunidade à terra, uma área de cerca de 380 hectares.

Os moradores de São José de Bruno dizem que denunciaram as ameaças contra a comunidade no passado e a recente presença de um homem armado às autoridades locais e à polícia.

Entretanto, não houve resposta ou ação das autoridades. Em setembro de 2014, a comunidade registrou um boletim de ocorrência na delegacia de polícia local. Semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também entrou com uma petição requerendo que o Estado tomasse providências para proteger as terras da comunidade contra invasões.

A presença de um homem armado criou uma atmosfera de medo e intimidação que tem sido agravada pela falha do estado para responder ao apelo da comunidade por proteção.

Conflitos por terra e ameaças de violência e ataques contra comunidades rurais e quilombolas são frequentes no Estado do Maranhão. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cinco líderes rurais comunitários já foram mortos em 2014 como resultado de conflitos por terra no Estado.

CONT.



Contexto

A Constituição brasileira de 1988 (artigos 215 e 216) reconhece os direitos das comunidades descendentes às terras historicamente ocupadas por quilombos. Em especial, o artigo 68 das Disposições Transitórias declara que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Uma série de leis federais e estaduais tem sido introduzidas para regular como as terras quilombolas são identificadas e como as titulações serão dadas às comunidades remanescentes.

O Decreto Presidencial nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 regula os procedimentos de identificação, demarcação e titulação de terras para comunidades quilombolas.

Somando-se à legislação nacional, o Brasil é parte na Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, as quais reafirmam os direitos dos grupos afrodescendentes à cultura e à terra, bem como o fazem os princípios de não discriminação e igualdade anteriores à lei.

Existem mais de 3 mil comunidades quilombolas no Brasil. Centenas de procedimentos administrativos se iniciaram junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas menos de 10% das comunidades receberam seus títulos de terra. Só no Estado do Maranhão, existem cerca de 1 mil comunidades quilombolas.

A pouco mais de 400 delas foi emitida a certificação da Fundação Palmares e estão esperando que o Incra siga os passos necessários seguintes para finalizar o processo de titulação da terra.

De 2003 – quando o Decreto 4887 foi publicado – até agora, o Instituto não emitiu nenhum título de terra para quaisquer das comunidades quilombolas do Estado do Maranhão.

Esse processo extremamente lento para reconhecimento das comunidades quilombolas e titulação das terras coloca as comunidades em situação de vulnerabilidade em termos de moradia e produção de alimentos, mas também as coloca em risco de ameaças e ataques diretos por parte de donos de terra e homens armados que atuam para tomar essas terras



Comunidade quilombola da Bahia recebe unidades habitacionais

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 12.11.2014

Quilombolas da cidade de Ituberá (BA), foram contemplados no último domingo (9) com unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A comunidade quilombola Lagoa Santa recebeu 44 moradias, cada uma com 51 metros quadrados - dois quartos, sala, cozinha, área de serviço, banheiro e varada.

A entrega foi feita por representantes do governo estadual da Bahia, da prefeitura de Ituberá, governo federal, Caixa Econômica Federal (Caixa) e da Cooperativa de Trabalhadores Autônomos Litoral Sul da Bahia (Cootrasb), que articulou a liberação dos recursos do Ministério das Cidades.

O secretário de Promoção da Igualdade Racial, Raimundo Nascimento, participou da entrega das casas, uma vitória da luta dos quilombolas por garantia de direitos, afirmou. "Após a conquista das suas casas, resta a titulação das terras que está em fase de conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)."

Quilombo

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Autodefinição

É a própria comunidade que se auto-reconhece "remanescente de quilombo". O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004.

Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição. O processo para essa certificação obedece norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007).

Ação do Incra

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária.

Para cuidar dos processos de titulação, o Incra criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

O Mochilão do PAC visitou outro projeto quilombola do Minha Casa Minha Vida, em Nossa Senhora do Livramento (MT), confira o vídeo:



Rede de Combate ao Racismo reforça necessidade de interiorização das ações
SÍTIO SEPROMI, 12.11.2014

O secretário de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Raimundo Nascimento, abriu a reunião da Rede de Combate ao Racismo, na tarde desta terça-feira (11), no auditório da instituição, destacando a expansão das atividades da campanha Novembro Negro no interior do Estado, com programação em mais de 50 municípios.

Também foi colocada em pauta no encontro a necessidade de medidas para combater o racismo institucional nas universidades e nos demais órgãos que fazem parte da rede, e facilitar as visitas sociais e assistência religiosa de membros de religiões de matriz africana em locais como hospitais e presídios.

Os integrantes da Rede comemoraram ainda a realização de cursos relacionados à raça e combate à intolerância religiosa nos órgãos do poder público e discutiram a inauguração da biblioteca do Centro de Referência Nelson Mandela, marcada para o próximo dia 28.

Sobre a Rede

Criada a partir de um processo de articulação entre o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), e o Governo Estadual, via Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), a Rede é composta por entidades da sociedade civil e órgãos públicos.

Seu objetivo é aumentar o grau de resolutividade dos casos de combate ao racismo e intolerância religiosa, promover a igualdade racial e garantir os direitos da população negra, com ações conjuntas dos seus integrantes.

A prioridade da Rede para o próximo ano é desenvolver ações no interior baiano, contemplando as comunidades mais distantes e carentes de políticas públicas.



Igualdade Racial apoia primeiro seminário de indígenas e quilombolas da Uesb
SÍTIO APROCHEGO, 12.11.2014

Após 10 anos de implantação do sistema de cotas em universidades públicas da Bahia, a presença de centenas de indígenas e quilombolas é significativa

Abrindo a programação do Mês da Consciência Negra de Vitória da Conquista, dia 3, na UESB, aconteceu o I Seminário com o título "A Presença Indígena e Quilombola no Ensino Superior da Bahia".

Promovido por uma comissão de estudantes indígenas e quilombolas, o evento contou também com a assessoria da Coordenação de Igualdade Racial da Prefeitura de Conquista e o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade do Sudoeste da Bahia e da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI).

Após 10 anos de implantação do sistema de cotas em universidades públicas da Bahia, a presença de centenas de indígenas e quilombolas já se faz significativa, seja em termos numéricos, seja em termos das demandas que apontam para os desafios da permanência e do êxito dos universitários cotistas.

Das mais de 400 vagas adicionais destinadas anualmente para os dois segmentos em sete das instituições da Bahia (UESB, UESC, UFES, UFBA, UNEB e UFRB), menos de 30% são preenchidas.

Desde julho, foram mais de doze reuniões preparatórias para o Seminário da UESB, mobilizando mais de quinze jovens quilombolas e indígenas na comissão organizadora, além da colaboração de universitários do Coletivo Amplo de Estudantes Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas da UESB.

O evento da UESB foi o primeiro de quatro seminários preparatórios para o I Encontro de Estudantes Indígenas e Quilombolas do Ensino Superior da Bahia, previsto para maio de 2014, em Feira de Santana.

Os próximos seminários serão em Feira de Santana, dia 21, na UEFS e, em Salvador, dia 28, no auditório do Campus I da UNEB. O da UESC ainda está em construção. Dentre os principais objetivos dos seminários e do I Encontro destacam-se a mobilização dos segmentos dentro das universidades públicas, o debate sobre as demandas envolvendo políticas de cotas e acesso, de permanência e êxito, além do despertar para temáticas relacionadas à identidade e ancestralidade e a organização quilombola e indígena no espaço acadêmico.

CONT.



O seminário contou com a presença de professores da UESB e da UFBA, com lideranças e estudantes de mais de 26 comunidades quilombolas do território de Conquista e de Jequié, de onde vieram 20 estudantes do quilombo urbano de Barro Preto. Oito cotistas da Estadual de Feira de Santana também marcaram presença no seminário.

Na mesa de abertura, a UESB tornou pública a adesão da instituição à Rede Estadual de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa, tendo a presença de representantes da Reitoria, das Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão e a professora Josilene Costa, representante da UESB na Rede.

Representando a Prefeitura de Conquista, o Presidente do Conselho de Igualdade Racial do Município, Uelber Barbosa. E o Pré-Vestibular Quilombola, o assessor técnico Flávio Passos e a presidente do Conselho Quilombola, Robélia Alves.

A Conferência de abertura, com o tema: "O combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa" foi proferida pelos professores Benedito Eugênio, Coordenador do ODEERE (Órgão de Educação para as Relações Étnico-Raciais, com sede na UESB de Jequié) e Vilma Reis, militante negra e Vice-Coordenadora do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), na ocasião representando também a SEPROMI e a Rede.

A mesa redonda com o título do seminário contou ainda com a presença da professora Raquel Souza, docente da UFBA de Conquista, de Ângelo de Oliveira, indígena Kaimbé e discente de Filosofia na UEFS, e de Jamile Santos, quilombola da comunidade de Barrocas e concluinte do curso de Geografia na UESB de Conquista.

À tarde, os participantes estiveram nos Grupos de Trabalho debatendo dezenas de desafios que indígenas e quilombolas enfrentam no ensino superior.

Dentre eles, o aprimoramento dos cursinhos pré-vestibulares voltados para indígenas e quilombolas; a revisão dos critérios de acesso através das cotas adicionais, para que efetivamente promovam inclusão (a UFBA, a partir de 2014, passou a adotar um edital específico para o ingresso de quilombolas e indígenas); a criação de bolsas de permanência que garantam condições para um bom desempenho acadêmico dos cotistas (o MEC possui um programa de bolsas no valor de R\$900,00 reais para indígenas e quilombolas estudantes de instituições públicas e que até agora tem sido acessado apenas por instituições federais, como a UFBA); a superação do racismo institucional; a implementação da Lei 10.639/03 no currículo universitário das universidades estaduais da Bahia; e o fortalecimento das organizações quilombolas, dentro e fora da universidade.

Três acontecimentos de 2014 são emblemáticos da necessidade de um amadurecimento das políticas de cotas no ensino superior na Bahia e no Brasil.

No início do ano, uma ação conjunta entre o Conselho Quilombola, a UESB e o Pré-Vestibular Quilombola, conseguiu recuperar uma vaga do curso de Direito que estava ocupada por um não quilombola que havia fraudado a documentação para ingressar como quilombola.

CONT.



Tem aumentado os relatos de casos racismo contra cotistas pobres e negros, muitas vezes através de falas de professores, mas também por ações violentas de colegas de curso.

O curso de Odontologia, no campus de Jequié, com três jovens alunos quilombolas oriundos do território de Conquista, continua cobrando, a partir do terceiro semestre, que todos os alunos providenciem itens como aparelhos cirúrgicos cujos valores variam de 3 a 5 mil reais por semestre.

Uma contradição, considerando que a bolsa permanência da instituição é de R\$260,00 reais mensais, quando o aluno consegue passar pela seleção, cujos critérios continuam os mesmos de antes das cotas.

Na plenária final do seminário, conduzida pela comissão estadual de organização do I Encontro Estadual, foram aprovadas dezesseis propostas que serão sistematizadas e apresentadas, em audiência, à Reitoria da UESB.

A PROEX e a PROGRAD já se pré-dispuseram ao diálogo. Há um consenso no sentido de se construir uma política de ação afirmativa que, além de reconhecer, através das cotas, a histórica ausência de indígenas e quilombolas no ensino superior, também promova políticas de permanência que garantam, a indígenas e quilombolas, uma trajetória acadêmica que faça a diferença na vida dos estudantes e das suas comunidades.

"Este será o primeiro de muitos seminários que faremos, pois chegou a hora da nossa presença ser reconhecida na universidade", coordenadora da Comissão do I Encontro, Roselene Germano Santos, estudante de Ciências Biológicas na UEFS, e quilombola da comunidade de Lagoa de Melquíades, um dos 32 quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares em Vitória da Conquista.

Para concluir o dia que ficou com sabor de "quero mais", o Samba de Roda "Negras do Beco", da comunidade tradicional negra do "Povo de Dôla", do Bairro das Pedrinhas, promoveu uma linda roda com os participantes.



Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela criam Fórum para debater questões que os afetam

SÍTIO CEDEFES, 13.11.2014

O II Encontro Binacional Yanomami Ye'kwana teve como tema "Komi yamakini urihi yama a noamai – Juntos protegendo a floresta". Os debates se concentraram em questões cruciais para os indígenas e foi criado um fórum permanente de discussão

A segunda edição do encontro binacional, realizada entre 28 de outubro de 2 de novembro, no lago Caracaranã, na TI Raposa-Serra do Sol (RR) reuniu pela primeira vez 60 representantes de nove associações indígenas dos Yanomami e Ye'kwana e seis organizações da sociedade civil parceiras. As discussões foram realizadas nas oito línguas indígenas ali representadas (5 línguas yanomami, ye'kwana, português e espanhol) e abordaram temas centrais para esses povos como Gestão Territorial, Saúde, Juventude e Direitos da Mulher.

Daí resultaram propostas para ações conjuntas das organizações indígenas e parceiros, visando fortalecer a governança desses povos sobre seus territórios e influenciar as políticas públicas do Brasil e da Venezuela. Todas as recomendações e propostas foram sistematizadas e estão expressas na Carta do Lago Caracaranã, aprovada no último dia do encontro (leia a carta aqui). A criação do Fórum Permanente Binacional Yanomami Ye'kwana será o espaço para a construção de propostas e de ações conjuntas. A Carta do Lago Caracaranã servirá como um instrumento de diálogo das organizações indígenas com as instituições governamentais de ambos os países.



Davi Kopenawa, presidente da Hutukara, apresenta o mapa binacional yanomami | Marcos Wesley-ISA

Para se ter uma ideia do potencial do Fórum recém-criado, as associações que o compõem representam comunidades Yanomami e Ye'kwana que ocupam um território de aproximadamente 23 milhões de hectares de floresta contínua, situada em ambos os lados da fronteira, onde vivem mais de 40 mil indígenas. Apesar de seu território apresentar elevado grau de conservação da floresta, esses povos enfrentam problemas comuns aos dois países

CONT.



como, por exemplo, o garimpo ilegal, a ameaça crescente de projetos de mineração e a dificuldade no atendimento à saúde das comunidades mais distantes.

Durante o encontro foi apresentada e revisada a primeira versão do mapa Território e Comunidades Yanomami Brasil-Venezuela, uma publicação inédita com lançamento previsto até o final do ano. As organizações participantes reforçaram a importância do mapa para subsidiar ações dos órgãos governamentais que atuam na região, na construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Yanomami e Ye'kwana e para dar visibilidade à sua luta que visa garantir a proteção de seu território e o respeito às suas especificidades culturais.



Os dois mais importantes pajés dos povos Ye'kwana e Yanomami, Vicente Castro (esq.) e Davi Kopenawa | Marcos Wesley-ISA

Em uma das noites uma festa foi organizada para comemorar os 10 anos de fundação da Hutukara com apresentação de cantos e danças tradicionais. E ainda durante o encontro houve o lançamento do livro Xapiri thëã oni – Palavras escritas sobre os xamãs Yanomami, com direito a noite de autógrafos.

Associações Indígenas Participantes

Hutukara Associação Yanomami
Horonami Organización Yanomami
Associação do Povo Ye'kwana do Brasil
Asociación Kuyujani Originario
Organización Indígena de la Cuenca del Caura Kuyujani
Asociación Ye'kwana del Alto Ventuari Kuyunu
Associação Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes
Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima – Taner
Kurikama Associação Yanomami
Povo Xiriana de Venezuela de Alto Paragua
Universidad Indígena de Venezuela

Organizações parceiras

Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía – Wataniba
Instituto Socioambiental – ISA
Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami – Secoya
Diocese de Roraima

Fonte: Moreno Saraiva Martins – ISA



Deputados discutem abandono das casas de Saúde dos Índios

SÍTIO CEBES, 13.11.2014

Há índios de diferentes etnias e regiões, inclusive crianças, que mesmo doentes preferem permanecer em suas aldeias a buscar atendimento médico em uma das 66 casas de Saúde do Índio (Casai) em funcionamento no país. O alerta foi feito nesta terça-feira (11), pela subprocuradora da República do Ministério Público Federal (MPF), Deborah Macedo Duprat, em audiência pública na Câmara dos Deputados, e sua crítica foi reiterada por outros participantes da audiência, organizada pela Comissão de Legislação Participativa.

Segundo a subprocuradora, vários problemas que afetam o Subsistema de Saúde Indígena, do Sistema Único de Saúde (SUS), acabam por afetar o serviço prestado na maior parte das Casais. Um dos problemas específicos das Casais, na avaliação de Deborah, é a falta de profissionais aptos a lidar adequadamente com as diferenças culturais e a preparar os pacientes e seus acompanhantes a se readaptarem no retorno a suas aldeias, após longo período fora, para tratamento médico.

“Muitas vezes há dificuldade para permanecer fora das aldeias pelo tempo que alguns tratamentos exigem. Outras vezes, o difícil é se readaptar após tanto tempo longe”, disse Débora Duprat à Agência Brasil. Para amenizar esse problema, ela e outros participantes da audiência defenderam que antropólogos sejam contratados para as Casais. “Principalmente os pacientes vindos de povos com pouco contato com a cidade vivem um drama quando se encontram em ambiente que não conhecem, sem saber a extensão de suas doenças e do tratamento. Isso precisa ser traduzido para eles, e um antropólogo ajudaria nisso”, ressaltou.

Apesar dos esforços, nos últimos anos, para melhorar o atendimento, Débora destaca que o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi) ainda apresenta muitos e graves problemas, como uma “estrutura física bastante precária”. A subprocuradora mencionou que o auxílio oferecido por postos de saúde e polos-base ainda é insuficiente, e adianta que, por falta de conhecimento a respeito das doenças mais frequentes em cada localidade, há denúncias de que medicamentos se perdem por não serem usados no prazo de validade.

“Além disso, o foco maior está na medicação e no tratamento da doença, e não na prevenção. O atendimento não chega, por exemplo, às comunidades que vivem em acampamentos ou ocupações, por não terem tido seu direito territorial reconhecido. Nem mesmo a alguns grupos que vivem em grandes cidades”, disse Deborah.

As Casais de todo o país estão subordinadas à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde. Criada em outubro de 2010, a secretaria é responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, e todo o processo de gestão do Sasi, no âmbito do SUS. Há poucos meses, o governo federal tornou pública a intenção de criar

CONT.



um novo órgão, o Instituto Nacional de Saúde Indígena, que assumiria parte das atuais atribuições da Sesai e seria regido pelo direito privado – o que, segundo o governo, agilizará procedimentos administrativos, como licitações e contratações. A proposta dividiu as opiniões entre indígenas e indigenistas.

Apesar de apontar as deficiências e os problemas do subsistema e, consequentemente, do funcionamento das Casais, a subprocuradora se manifestou contrária à criação de um novo órgão – iniciativa que, segundo ela, o MPF classifica como inconstitucional. “Há muitos problemas, mas a verdade é que o subsistema ainda não foi testado em toda sua potencialidade. Por isso, o MPF se coloca veemente[mente] contra a criação do instituto”, enfatizou.

Uma das autoras do requerimento de audiência, a deputada Erika Kokay (PT-DF), também revelou enxergar a proposta de criação do instituto com desconfiança, “porque significa que uma instituição de direito privado passará a se responsabilizar pelo atendimento à saúde indígena. Acho que essa é uma discussão que tem de ser bastante maturada, e exige consenso, sem o qual agrediremos os povos indígenas”.

Para a deputada, os parlamentares podem contribuir com o aprimoramento do Subsistema de Saúde Indígena, destinando emendas com recursos para o setor. Sobretudo para iniciativas que permitam às Casais desenvolverem projetos de manutenção das manifestações culturais e dos vínculos étnicos dos usuários. A deputada também defendeu a contratação de antropólogos para as Casais.

A secretária especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Danielle Soares Cavalcante, reconheceu os problemas, mas destacou os avanços pós-criação da Sesai. A secretária garantiu não ser intenção do ministério “privatizar” o atendimento à saúde indígena. Líder macuxi, de Roraima, e usuário da Casai do Distrito Federal, Evaldo Almeida da Silva, defendeu a Sesai, alegando que, desde a sua criação, há quatro anos, “houve, sim, avanços em relação à saúde indígena”.

Segundo dados da Sesai, os índios são hoje cerca de 818 mil indivíduos, distribuídos por 305 povos, em 688 terras indígenas (60,4% delas regularizadas). A maior parte dessa população (46,9%) se concentra na Região Norte. As doenças mais comuns entre a população indígena são as relacionadas ao aparelho respiratório (como pneumonia), infecciosas e parasitárias, tuberculose, malária (sobretudo na Amazônia Legal), doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais, hipertensão arterial e diabetes. Também preocupam o número crescente de suicídios e o uso abusivo de álcool e outras drogas, bem como a existência de focos de oncocercose entre índios yanomamis, na fronteira com a Venezuela.

Fonte: Agência Brasil



Descolonização da política indigenista: um convite ao diálogo intercultural de fato
SÍTIO CEDEFES, 13.11.2014

Presidente da Funai de junho/2013 até setembro último, Maria Augusta Assirati propõe, em sua primeira manifestação pública após deixar o cargo, reflexão sobre uma política indigenista descolonial

Durante os últimos anos tive o privilégio de atuar junto à Fundação Nacional do Índio – Funai, buscando desenvolver uma ação indigenista em defesa dos povos indígenas no Brasil. O significado desse período, para mim, foi muito além de um ponto de passagem numa trajetória profissional. Desde o início de minha relação com povos indígenas, que se aprofundou e estreitou durante o tempo de Fundação, estive disposta a receber, acolher, e experimentar toda sabedoria que os indígenas se dispusessem a compartilhar durante nosso convívio. Isso é; optei sempre por estabelecer um diálogo – de fato – com esses povos. Essa escolha me permitiu transformar a experiência indigenista, e a experiência de Funai, numa verdadeira vivência.

Vivenciar o diálogo de fato (material, e não apenas formal) e o compartilhamento de sentidos com indígenas permitiu-me, ao lado de outras tantas satisfações, um alargamento de minhas possibilidades de interpretar o mundo. Isso demanda um exercício cotidiano de alteridade, e disposição para abandonar a zona de conforto das certezas preestabelecidas como pilares de certa concepção dominante de conhecimento. Apenas a partir dessa disposição e da concretização desse exercício é possível encontrar sentido para a vida em sociedade.

Dialogar de fato é considerar a lógica do outro, suas premissas e valores, seu lugar de fala. É atentar para a relatividade cultural, e vigiar contra o vício (colonial) de aceitar exclusivamente a racionalidade convencional hegemônica.

A modernidade, contudo, parece ter maior habilidade para conduzir ao extremo oposto desse exercício. Embora certos temas estejam no centro dos debates, é perceptível a impossibilidade de diálogo – de fato – sobre esses temas. É como se, ao adentrarmos no universo que compreende determinados assuntos, as pessoas passassem a falar línguas completamente distintas, sem qualquer compreensão mútua.

Certa vez, representando a Funai, estive numa explanação no Congresso Nacional sobre desenvolvimento sustentável no âmbito da política indigenista no Brasil. Tratei das ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis, dos processos voltados à conservação e recuperação ambiental de áreas degradadas, salientei os indígenas como agentes de proteção ambiental, tratei de acesso aos direitos sociais, cidadania, educação e saúde. Exibi números, gráficos, demonstrei êxitos e desafios. Ao final, um senhor que participava do evento desde o

CONT.



início, pediu a palavra e perguntou: “quanto é que ainda falta de terras para demarcar no estado tal?”.

A pergunta não me surpreendeu. Mas agravou minha descrença em relação à possibilidade de manter diálogos reais. Era mais um episódio reiterando as prioridades do modelo político, econômico, social, e cultural, que há muito tempo foi imposto com base em práticas coloniais, ocidentais, e liberais, em suas versões originais ou transmutadas de acordo com a evolução dos contextos sociopolíticos e socioeconômicos. Para além das muitas outras consequências perversas no espectro da dominação, da segregação, e da exclusão, esse modelo foi capaz de introduzir um abismo relacional entre dois universos: um do colonizador, que defende, conserva, e se retroalimenta do próprio modelo; outro do colonizado, que o rejeita e atua para transformá-lo. Esse abismo determina, inclusive, a impossibilidade de estabelecimento de diálogo material entre ambos. Sujeitos pertencentes a universos distintos conversam, mas não dialogam. No campo dos assuntos envolvendo povos indígenas, esse abismo parece ainda mais profundo.

Indigenismo no Brasil

A tarefa do indigenismo no Brasil nunca foi fácil. Em maior ou menor escala, de acordo com os objetivos em jogo e dos métodos de exclusão dos indígenas e suas circunstâncias para atingir esses objetivos, em diferentes momentos históricos, houve sempre certa incompreensão (para dizer o mínimo) envolvendo os motivos que movem pessoas, grupos, ou setores sociais a se dedicarem à defesa dos povos originários. Ao longo das diversas conformações de poder que se seguiram desde o início da colonização da América, esses povos foram considerados sempre “prescindíveis” frente aos imperativos do “progresso”.

À parte do discurso da negação da proteção aos índios por razões de viés fascista, não é incomum que se questione porque é que se dispensa tanta atenção, se mobilizam tantos esforços, ações, e agentes em torno de uma população numericamente inexpressiva frente à população total do país. Há, ainda, quem confronte a defesa de políticas específicas e diversas para proteger indígenas já “integrados” à sociedade dominante (ou “civilizados”, como alguns preferem afirmar). O contraponto a essa argumentação parece, à primeira vista, muito evidente. Mas essa obviedade talvez não consiga fazer-se presente em ambos os universos separados pelo abismo, e por isso, é preciso explicitar.

A resposta relaciona-se, primeiramente, à reafirmação e defesa de um modelo de sociedade: justa, solidária, fraterna, pluriétnica, democrática, e igualitária. De outro lado, mais objetivamente, o contraponto assenta em razões históricas. É fundamental trazer sempre à lembrança os números do processo histórico do extermínio das nações indígenas que se operou desde o início da invasão dos colonizadores. Estima-se que em 1500, a população indígena no território hoje correspondente ao Brasil, era de, pelo menos, 3 milhões de indivíduos. Em 2010, segundo último censo do IBGE, foi possível comprovar que os indígenas atualmente somam pouco mais de 800.000 indivíduos vivendo no país.

A redução demográfica demonstrada pelos números possibilita constatar a dimensão das consequências que o processo de colonização desencadeou. A sociedade ocidental, branca,

CONT.



colonizadora, baseou-se sempre numa arrogante e inquestionável certeza de seu direito de domínio absoluto em relação aos indígenas, alocando-os onde fosse mais conveniente, ou onde pudessem causar menos entraves aos seus interesses econômicos, desconsiderando seus territórios tradicionais, suas organizações sociais, suas línguas, crenças, e tradições; submetendo-os à escravidão, à violência física, cultural e moral; promovendo saques, torturas, estupros, e violações de todas as espécies. Verdadeiros genocídios.

Portanto, o mero dever de reparação da dívida histórica para com esses povos, parece motivo mais que suficiente para uma adequada promoção e proteção de seus direitos. Soma-se a isso a consideração de que a aniquilação (física ou cultural) de um povo indígena corresponde ao desaparecimento de uma sociedade inteira da face da Terra, à erradicação de toda uma cultura, de um conjunto inimaginável de saberes e conhecimentos trazidos de tempos e espaços ancestrais. Permitir o desaparecimento de um povo indígena é determinar a exclusão de uma cosmovisão, em nome de um “processo civilizatório” baseado em paradigmas ocidentais coloniais que, ultimamente, apenas fazem abrir alas à replicação em escala global de hábitos, conformando uma cultura global amorfa, homogênea, e artificial.

Além disso, é essencial não descuidar do fenômeno da sobrevivência da razão central – econômica – da fúria do homem branco contra os indígenas, qual seja, o interesse pela terra, que sempre mereceu lugar de destaque dentre as vigas que sustentam por séculos a ação anti-indígena. Esse fator tem, ultimamente, engendrado a configuração de um cenário mais difícil para a defesa dos indígenas. Dentre outras adversidades, ganha força uma dura e explícita ofensiva de agentes públicos e privados contra esses povos, na forma de oposição ao regime de demarcações de suas terras, de estratégias voltadas à desqualificação da atuação do órgão indigenista do Estado, e de confrontação aos modos de vida dos diversos Povos.

Ofensiva anti-indígena

Essa ofensiva, liderada por setores latifundiários ligados ao agronegócio, desenvolveu tentáculos e ocupou espaços institucionais, moldando formas concretas de expressão e ação política anti-indígena, extrapolando os limites do mero discurso político.

Duas dessas concretudes de ação anti-indígena verificadas nos últimos anos merecem nota. A primeira foi a expressiva adesão ao movimento para aprovação da PEC 215, que a despeito do vício formal de inconstitucionalidade da medida e do despropósito político no mérito de seu teor, chegou muito perto de lograr êxito. Outra materialização dessa ofensiva foi a paralisação dos processos administrativos de demarcação de terras indígenas, que tiveram suas tramitações interrompidas, sob o argumento da prevenção de conflitos fundiários. Isso, evidentemente, acabou por gerar reflexos também na ação do Judiciário em relação a processos envolvendo terras indígenas.

Os desdobramentos objetivos da ofensiva ruralista criaram uma atmosfera tão desfavorável ao avanço da implementação dos direitos dos indígenas, que trouxeram desafios até então não enfrentados, já que pela primeira vez, desde a redemocratização, setores dos três Poderes do Estado passaram a manifestar-se de forma inequívoca em favor da revisão do arcabouço normativo que estabelece direitos a essas populações.

CONT.



Conferência Nacional – resistir e descolonizar

A atuação do movimento indígena, das organizações indigenistas, de outros movimentos sociais, e de grupos de defesa, foi fundamental no estabelecimento de uma resistência que impedisse o avanço desse movimento. Por conseguinte, até o presente momento, não se efetuou qualquer alteração normativa de dispositivos que garantem direitos indígenas. No entanto, essa batalha ainda não teve um desfecho. E os espaços que permitam a realização desse debate, devem encarados como arenas de disputa de posições e de ações em busca de uma intervenção política que afaste os riscos de um retrocesso em relação ao que, a partir da Constituição Federal de 1988, se conseguiu conquistar em termos de direitos das populações indígenas.

Nesse sentido, é bom ter em mira a I Conferência Nacional de Política Indigenista, que pode se constituir num ambiente propício para a realização de um diálogo material com os povos indígenas e para a pactuação de compromissos consubstanciados em diretrizes de sua relação com Estado. A Conferência pode traçar rumos de atuação futura à luz de uma perspectiva descolonial, estabelecidos a partir da visão e da voz dos próprios indígenas.

A propósito disso, numa situação em que estava a apresentar numa reunião de governo a proposta da Conferência, e a discorrer sobre sua concepção, eixos de trabalho, objetivos, e finalidades, eu falava da necessidade de tratamento do tema sob a perspectiva de descolonização, quando questionaram “o que queríamos dizer com isso?” Fiquei pensativa por um instante, e tornei a sentir-me ante o abismo. Ensaiei mentalmente mil coisas que podiam ser ditas ante aquela indagação. E, no fim, reconduzi a discussão a um ponto mais operacional, pois entendi que não fazia sentido tentar atravessar o abismo naquele momento.

Definições teóricas de lado, o fato é que é evidente demais para ser negado, o caráter colonial que define as relações em nossa sociedade. Esse caráter que invisibiliza e anula o outro, o diverso. Que silencia a voz do outro, sempre que tenta ultrapassar os limites daquilo que é, hegemônica e unilateralmente, definido como importante, prioritário, ou possível. Na modernidade, seguem em reprodução as formas coloniais de estabelecimento das relações sociais. E seguem se revitalizando as hierarquias sociais fundadas em distinções opressoras, que para muito além da caracterização da sociedade de classes, se moldam nas desigualdades étnico-raciais, por exemplo, alimentando continuamente, por meio de processos culturais-ideológicos, a subordinação entre periferias e centros nas múltiplas dimensões sociais.

É inadmissível que se continue negando a diversidade, ao enxergar, compreender e explicar o mundo. Essa negação é a base do princípio colonial que, por isso mesmo, opera a exclusão e a marginalização de tudo o que é diverso do (e, portanto, estranho ao) universo dominante. Desde o período dos sistemas coloniais, se entendia necessário levar a civilização e a sabedoria para povos selvagens e ignorantes da América, como se ‘a alteridade’ fosse uma página em branco a ser preenchida pelo saber e cultura ocidentais. Os processos de expansão colonial foram operados por homens europeus heterossexuais, e, portanto, conduzidos a partir de seus preconceitos culturais, que contribuíram para a conformação e consolidação de estruturas de desigualdade sexual, de gênero, de classe e raciais.

CONT.



A pergunta que se coloca nesse instante é por que razão, passados mais de 500 anos, não se consegue conceber outra forma de olhar para o outro, e conseqüentemente, de olhar para o mundo? Infelizmente, essa compreensão foi tão pouco confrontada e refutada, que foi capaz de construir sujeitos que assimilassem e reproduzissem o pensamento colonizador, naturalizando, inclusive, essas sobreposições culturais.

Passado o fim das administrações coloniais, nos vemos ainda presos a um modelo sociopolíticos que articula diversas formas de exploração cultural, política, sexual, e econômica de grupos étnicos.

Descolonizar as relações

Qualquer arranjo político, social, ou econômico, portanto, que venha a ser projetado para funcionar no sentido da justiça social, demanda um exercício prévio de descolonização. Descolonização de nossa sociedade, de nossa política, de nossa economia, e principalmente, antes de tudo, de nosso pensamento.

É preciso desconstruir essa concepção relacional (epistêmica) onde o válido, o correto, o possível, o bonito, o aceito, e o permitido são estabelecidos a partir de apenas um (excludente-monocultural) ponto de vista. Isso é; sob a óptica do homem, branco, proprietário, heterossexual, escolarizado, etc. Nossa sociedade é plural. Portanto, comporta e deve assegurar que essa pluralidade cultural seja expressa nas múltiplas dimensões da vida em sociedade, tais como a política, a educação, a economia. Possibilitar essa expressão é parte fundamental do processo de descolonização.

Partindo-se de tais premissas, e apostando na viabilidade de rever, no rumo da descolonização, o tema dos povos indígenas no Brasil, é possível refletir sobre desafios da política indigenista. E nesse sentido apontar, procurando contribuir com sua valorização, caminhos de debate sobre a relação desses povos com o Estado e com sociedade.

Esse exercício permite duas abordagens acerca do que é possível avançar. A primeira delas, mais progressista, parece mais profícua no sentido de abrir espaço para a emancipação real dos povos indígenas. Isso, no entanto, demandaria um prévio aprofundamento de debates complexos como a própria relação indígena com os Poderes Legislativo e Judiciário, e de temas como o pluralismo jurídico, e a multiplicidade de economias numa mesma ordem, por exemplo. Para tanto, acho que ainda não estamos preparados nesse momento. Mas há sempre uma abordagem mais conservadora que, se por um lado é mais tímida, por outro, cabe dentro dos limites que a atual conjuntura, política, social e econômica, encerra.

É bom que se diga, no entanto, que levar a efeito ações orientadas por essa segunda abordagem já representará um avanço em relação ao que está posto; já que nosso ordenamento jurídico é relativamente avançado no que se refere à relação com povos indígenas, exigindo, ainda, contudo, o esforço de concretização desse modelo por meio de políticas públicas. Por isso, é preciso que nos concentremos em tarefas ainda não cumpridas, mas que, no âmbito da atual conjuntura, são factíveis e possíveis de viabilização pelo Poder

CONT.



Público, sobretudo Federal, para fortalecer a ação indigenista do Estado, olhando, ouvindo, e considerando os indígenas e suas circunstâncias específicas na formulação e implementação de políticas públicas.

Desmistificar o debate – o que realmente está em jogo

A primeira tarefa que se coloca para transformar a política indigenista no Brasil, ainda no âmbito dessa perspectiva conservadora, é desmistificar o debate sobre a terra. Digo desmistificar porque o tema é sempre encoberto por uma série de mitos. O mito de que há 'muita terra para pouco índio', o de que terras indígenas são improdutivas, que os processos de demarcação da Funai são viciados, e por aí vai. Grande parte das pessoas que disseminam o terror anti-indígena reproduzindo esses mitos, não tem ideia de como funciona um processo de demarcação, nem do que significa uma ocupação tradicional.

Outra afirmação recorrentemente utilizada para contrariar a continuidade das demarcações é o fato de termos hoje 13% de áreas no território nacional reconhecidas como terras indígenas. Isso é verdade? Apenas em parte. Pois, cerca de 8% do total de áreas regularizadas em favor dos indígenas não está em sua posse plena. Significa que muito mais do que 87% das terras que eram originalmente ocupadas por indígenas, permanecem em mãos não indígenas e boa parte desse percentual de terras (por razões de variadas ordens, inclusive jurídicas) jamais tornará a permitir ocupações tradicionais indígenas.

Ademais, quase 99% das áreas demarcadas no Brasil concentram-se na Amazônia Legal, levando cerca de 40% da população indígena dos estados do sul, sudeste, e parte do centro-oeste e nordeste a viverem em pouco mais de 1% da superfície demarcada restante. Isso sem focar no fato de que quase a metade das terras no Brasil se concentra nas mãos de 1% da população; sem entrar no mérito do brutal processo de colonização e (des)ordenamento fundiário da Amazônia; sem discutir esbulho, grilagem, falsificação de títulos, invasões ilegais e ilegítimas (que se distinguem de ocupações, retomadas, e empates) de terras.

No do Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde a insustentável situação de confinamento territorial indígena impõe, sobretudo ao Povo Guarani Kaiowá, e provoca todos os dias consequências como a desagregação, a doença, a violência, e a morte, as terras indígenas regularizadas ocupam 1,64% da superfície total daquele estado. Ali vivem 149 indígenas por km², contra apenas 6,86 não indígenas por km². Nunca me convenci de que as demarcações de terra naquela área inviabilizam atividades produtivas ou o crescimento econômico da região. No entanto, durante minha gestão, não foi possível avançar em nenhum processo de demarcação terra indígena no Mato Grosso do Sul.

As demarcações das terras indígenas

Enfrentar a desconcentração de terras no Brasil, concretizar a reforma agrária, concluir a demarcação das terras indígenas, operar a regularização fundiária dos demais territórios tradicionais, são ações indissociáveis da promoção de justiça, da desconcentração de renda e riqueza no país. É claro que é possível estabelecer espaços de diálogo sobre a terra e sobre

CONT.



terras indígenas no Brasil. Mas precisamos dialogar de fato, materialmente, sobre o assunto. Isso significa ouvir verdadeiramente os indígenas, os sem terra, agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, os quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e outras comunidades.

Não dá para partir sempre da abordagem da propriedade. Não dá para sentarmos na mesma mesa para 'disputar' a terra, caciques indígenas e empresários do agronegócio, grandes produtores de cana, soja, e gado, latifundiários respaldados e subsidiados por um forte aparato dos poderes político e econômico. A evidente assimetria de poder e forças entre os interlocutores de um espaço assim formatado, inviabiliza por completo as chances de realização (e sucesso) de diálogo.

Dito em outras palavras, esse tipo de ambiente permite apenas um diálogo colonial opressor, onde quem tem instrumentos de força impõe aos fracos desarmados a sua razão, alcançando quase que invariavelmente posição vitoriosa. Portanto, se o caminho vislumbrado para tratar conflitos fundiários é o diálogo, é fundamental que se institua instâncias descoloniais de debate. Onde se discuta de forma transparente tudo o que é necessário, se busque estabelecer em consenso sobre aspectos que levem à melhor forma de garantia dos direitos envolvidos; mas que se demarque! A demarcação das terras é um dever do Estado e um direito dos povos indígenas.

Descolonizar pela promoção efetiva de direitos

Ultrapassando o aspecto fundiário, tem que se tratar da Educação, que pode ser um real indutor do processo de descolonização. É urgente uma educação descolonial. Atuar para a inclusão da óptica indígena nos processos formais de formação de estudantes indígenas e não indígenas. Como é que podemos ter escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio que ainda abordam a temática indígena sob o manto do estereótipo? Referem-se ao índio (no singular; ignorando a existência de mais de 300 diferentes Povos no país), como um ser distante que vive no meio da selva a cantar e dançar. Numa abordagem quase folclórica sobre as culturas indígenas, que apenas confirma a prevalência dessa epistemologia colonial que negligencia ou desqualifica o conhecimento indígena, desconsiderando-o como elemento cultural e científico de conhecimento.

As Universidades, como regra, ignoram o tema indígena em áreas de formação como o direito, por exemplo, formando operadores de direito que sequer tomaram conhecimento da existência de dispositivos constitucionais que versam sobre a matéria. Um país com a diversidade sociocultural do Brasil precisa de instituições de ensino superior que formem pessoas a partir da visão da diversidade. Instituições que contem com professores, cientistas, pesquisadores, interlocutores indígenas, mesmo em se tratando da educação formal de segmentos não indígenas da população. Isso é retirar os indígenas do lugar de objeto de pesquisa e leva-los ao lugar de produtores de conhecimento.

É inconcebível também, diante dos conhecimentos tradicionais indígenas e potenciais da habilidade indígena para o manejo sustentável dos recursos da biodiversidade, a inexistência

CONT.



de programas robustos de fomento em ciência e tecnologia ao desenvolvimento de atividades tradicionais. Seria muito enriquecedor apostar nos centros de saberes tradicionais, como espaços que permitam aos indígenas o gerir processos valorizados de transmissão e compartilhamento desses conhecimentos, a partir de métodos de aprendizagem transversais às mais diversas áreas científicas de conhecimento. Sobre esse tema, é de se lamentar, por exemplo, que o projeto que dispõe sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade tenha sido enviado ao Congresso Nacional sem que sequer tenha sido promovida a consulta aos povos indígenas.

Todas essas iniciativas, é claro, devem articular-se sem prescindir da discussão sobre o sistema próprio de educação escolar indígena, respeitando o direito ao ensino em língua indígena, a formação e contratação de professores indígenas, e a liberdade de expressão de todas as especificidades culturais de cada povo no âmbito dos processos pedagógicos.

Na Saúde, olhando para as diversas realidades indígenas de norte a sul do país, é preciso provocar as redes do Sistema Único a uma forma criativa de atenção. A saúde, como direito humano fundamental, deve sempre ser objeto de preocupação pública. Precisamos, sim, de Mais Médicos. Mas precisamos também, de mais profissionais dispostos a atuar com base num conhecimento multidisciplinar, a assumir o compromisso indigenista; profissionais vocacionados ao convívio nas aldeias, e abertos ao intercâmbio no que se refere às práticas tradicionais indígenas de cura.

É preciso recuperar, nesse sentido, a 'saúde achada na rua' comprometida com o bem viver em seu sentido mais amplo. É fundamental a articulação e interlocução constante entre as unidades públicas de saúde e as unidades da Funai, para resgatar o sentido social de uma institucionalidade sanitária baseada em valores e princípios que contribuem com o desenvolvimento em comunidade e em sociedade, como equidade e justiça social.

Na construção dessa engenharia inovadora, precisamos que o Sistema Único de Saúde internalize a preocupação com a atenção à saúde indígena, e consolide uma estrutura capaz de responder aos complexos desafios que essa tarefa impõe, no âmbito da atenção básica, mas também da média e alta complexidade, querendo sempre extrapolar os contornos da lógica da medicina ocidental convencional.

Enxergar e enfrentar a violência contra os indígenas

Outro ponto sensível e inadiável no âmbito da transformação da política indigenista pública é o enfrentamento à violência contra os indígenas. A primeira providência para tanto, é reconhecer a existência dessa violência e torna-la visível, ao invés de jogá-la para debaixo do tapete. Isso exige trabalho no sentido de reunir e processar dados, produzir informação sobre essa violência, e com base num diagnóstico preciso, reagir com uma política robusta de promoção à segurança dos indígenas. A tarefa de coordenação e articulação desse arranjo é do governo federal, que deve reunir União, estados e municípios, por meio de instituições, não só ligadas à área de segurança pública, mas também de promoção de direitos, de políticas sociais de prevenção à violência.

CONT.



Gestão descolonial dos territórios

A dedicação e o cuidado com os mecanismos de respeito cultural devem estar presente em todos os eixos de atuação. No investimento em fomento para a construção e recuperação de casas tradicionais, rompendo as barreiras traçadas pelos programas habitacionais convencionais, que não atendem aos indígenas com a especificidade devida; no desenvolvimento de incentivo real às atividades produtivas indígenas, aliando a preocupação na inclusão de seus produtos nas cadeias produtivas, com o respeito às particularidades decorrentes de suas organizações sociais próprias.

Nesse sentido, Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas – PNGATI, construída de forma participativa com representantes indígenas – a partir de diálogos materiais – figura como instrumento mobilizador da inversão dos lugares de domínio na gestão das terras indígenas, ao conferir a cada Povo Indígena o protagonismo no planejamento e implantação do projeto de gestão de seu território.

Esses planos, previstos na Política, podem ser instrumentos importantes para que as comunidades indígenas planejem e executem a organização de seus territórios, as formas de uso dos recursos naturais, as alternativas para o melhor desenvolvimento de suas atividades produtivas, a partir do paradigma da valorização cultural, da reafirmação de suas organizações próprias, e da conservação ambiental. Contudo, a PNGATI ainda representa um compêndio de diretrizes programáticas para a gestão das terras indígenas, exigindo um compromisso político mais robusto para que cooperações interinstitucionais possam tirá-la do papel e efetivá-la a partir de ações concretas em escala mais geral.

Participação indígena é indispensável

É inerente, ainda, a uma rediscussão da relação entre o Estado e os povos indígenas, a integral participação desses povos e sua consequente gama de especificidades, nos ciclos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Criar mecanismos para uma participação social indígena efetiva, respeitando as especificidades de mais de 300 Povos, não é uma missão simples de ser cumprida. Mas talvez possamos começar pelo caminho mais simples, garantindo a esse segmento os espaços participativos convencionais, já institucionalizados no tratamento de grande parte das políticas sociais.

Exemplo de como o Estado brasileiro está ainda em débito para com a participação social indígena, é o fato de que apenas em 2014, foi convocada (esperamos que se concretize) a primeira conferência nacional para tratar da política indigenista, política essa que, no mesmo ano de 2014, ainda não conta com um Conselho instituído. A partir do Governo Lula, houve grande investimento na criação, ampliação, incremento, e consolidação das instâncias de participação social.

Hoje, quase todas as políticas sociais contam com Conselhos participativos, como o Conselho de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho de Políticas LGBT, o Conselho da Criança e Adolescente, dentre outros. A política

CONT.



indigenista conta somente com uma Comissão Nacional, demonstrando o lugar periférico que lhe é destinado no rol das políticas sociais.

Ainda no que concerne ao tema da participação, nunca é demais frisar a necessidade de se colocar em prática o efetivo cumprimento da Convenção 169 da OIT, vigente no Brasil há mais de 10 anos. A aplicação dessa norma parece demandar a combinação e articulação de diversos arranjos que garantam o respeito à diversidade e as especificidades dos mais de 300 Povos aos quais se destina, dentre os diversos direitos ali previstos, o da consulta livre, prévia, e informada. O direito à consulta tem sido muitas vezes, desconsiderado ou transfigurado.

Tida como uma ação acessória, secundária, ou até desnecessária em relação à intervenção que irá afetar o povo ou a terra indígena, a consulta, quando realizada, tem equivalido ao mero cumprimento burocrático de uma obrigação protocolar. Não dá para realizar consulta, entretanto, como a subir um inevitável (e apenas por isso observável) degrau na escada da viabilização de empreendimentos.

Durante esses processos (e, também, antes e depois) o que está em questão do outro lado do abismo, são vidas de pessoas que compõem uma comunidade e um povo indígena. Vidas que serão modificadas para sempre em função dessa intervenção externa. Não dá para encarar o cenário de intervenções que afetam os indígenas como se eles fossem um empecilho, uma dificuldade, ou um fator de atraso no cronograma de um empreendimento, quando, na verdade, essa ação externa é que interrompe, modifica, dificulta, ou impede a continuidade de uma série de dinâmicas da vida cotidiana das comunidades indígenas impactadas.

Importa sempre repetir que uma efetiva política indigenista pública demanda a existência de um órgão indigenista plenamente capaz de coordená-la e implementá-la. A Funai tem dado, já há algum tempo, sinais inconfundíveis de que é necessário um real investimento para garantir a estrutura adequada ao cumprimento de sua missão institucional indigenista. Dentre outras coisas, essa estrutura depende de um orçamento e de um quadro de servidores qualitativa e quantitativamente compatível com a possibilidade de prestação de um serviço público satisfatório.

É imprescindível que a atuação da Funai seja respeitada, e respaldada com apoio político-institucional. Deve lhe ser permitida a realização de seu trabalho com a finalidade de atenção integral aos indígenas, e não a partir da necessidade de viabilizar junto a esses povos, projetos, objetos e ações integrantes de agendas diversas que competem a outros órgãos públicos. Isso implica em abandonar a concepção da Funai enquanto órgão responsável pela 'pacificação', 'assimilação' e 'integração' dos povos indígenas aos espaços-tempos hegemônicos.

Transcender o campo da "não-relação" com os povos indígenas

O que temos assistido, no entanto, corresponde a uma não-relação de setores centrais do Governo com a pauta indigenista, que tem como causa e efeito, a um só tempo, um não-diálogo com os povos indígenas. As principais questões relacionadas aos seus direitos, os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

projetos de impacto em suas vidas, as formas de gestão dos territórios que lhes dizem respeito, não são, como regra, objeto de diálogos materiais – de fato. Grandes iniciativas públicas centrais à viabilização do que tem definido um projeto 'de crescimento para o país' têm sido planejadas e implementadas com base numa concepção monolítica de desenvolvimento.

Em 2015, contudo, terá início um novo ciclo de governo. O que se espera em relação a esse assunto, é que nos próximos quatro anos soprem ventos de coragem e determinação para que se inicie um processo de descolonização da relação com os povos indígenas no Brasil. Que, a partir de diretrizes que podem ser definidas na I Conferência Nacional de Política Indigenista, possamos levar a efeito uma política pública indigenista capaz de ouvir e fazer ouvir, de olhar e fazer olhar, verdadeiramente, os indígenas, buscando retirá-los dessa invisibilidade exclusiva e opressora e reconhecê-los como sujeitos ativos e imprescindíveis na concretização de soluções voltadas a um projeto de desenvolvimento, econômico, social, e ambiental, efetivamente sustentável.

Tudo o que aqui está dito pode parecer evidente demais para alguns. Mas conforme já disse, essa obviedade precisa ser repetidamente explicitada para que as vozes do nosso mundo se façam ouvir do outro lado do abismo.

*Maria Augusta Assirati foi presidente interina da Fundação Nacional do Índio de junho de 2013 a setembro de 2014. Esteve à frente da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação a partir do ano de 2012. Afastou-se do cargo e atualmente cursa o Programa de Doutorado Direito Justiça e Cidadania no Século XXI, no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Fonte: por Maria Augusta Assirati* — CartaCapital



Cemitério indígena vira pista para motocross em SP

SÍTIO MIDIA NEWS, 13.11.2014

Quando não está ocupada pelas motocicletas, a área é usada como pasto

Um rebanho bovino e até mesmo uma pista de motocross estão colocando em risco a preservação de um cemitério indígena de mais de mil anos em Olímpia (a 434 km de São Paulo).

O sítio arqueológico Cemitério Maranata, que foi descoberto em 1993, atualmente está abandonado e, por isso, sua preservação está ameaçada, de acordo com o Ministério Público Federal de São José do Rio Preto.

Em 1993, ao escavar o terreno para a construção de um conjunto de casas, foram encontradas ossadas humanas e fragmentos de cerâmica.

De acordo com pesquisa publicada à época pelo MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia), da USP, as peças têm características indígenas de antes da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500.

Algumas das cerâmicas encontradas no local em que seriam construídas as casas estão atualmente no Museu de História e Folclore Maria Olímpia. "Foram encontradas igaçabas, que são espécies de urnas funerárias indígenas que foram associadas a uma tribo tupi-guarani", afirmou o diretor cultural de Olímpia, Caio Longhi.

Com a descoberta, a construção das casas foi suspensa e houve, de acordo com a Prefeitura de Olímpia, o início de um processo de preservação do local.

No entanto, o Ministério Público Federal afirma que a área foi abandonada e deixada sem nenhum tipo de conservação. No ano passado, um inquérito foi aberto para apurar a situação do local.

A Procuradoria encontrou no lugar uma pista de motocross e a criação de gado.

"Tais atividades podem ter comprometido a sustentação dos registros arqueológicos, por se tratarem de atividades de impacto", afirmou a procuradora Anna Flávia Nóbrega Cavalcanti Ugatti.

Pasto e pista

De acordo com laudo do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pedido pela Procuradoria, o terreno foi bastante mexido para a construção da pista de motocross.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Quando não está ocupada pelas motocicletas, a área é usada como pasto para a criação de gado.

A Procuradoria enviou recomendação neste mês à Prefeitura de Olímpia, ao Iphan e ao proprietário da área para que ela seja preservada.

Segundo Longhi, a prefeitura já colocou seguranças no local para impedir o uso da pista por motocicletas.

Medidas

A empresa que é proprietária do terreno, Oswaldo Faganello Engenharia Construções, afirmou que foi notificada e está avaliando quais medidas serão tomadas.

O Iphan informou que ainda não havia sido notificado oficialmente sobre a recomendação da Procuradoria.

Já o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) informou que foi aberto um processo administrativo para avaliar o caso.

"Trata-se de bem da União, que pode conter elementos valiosos para pesquisas e registros de valor arqueológico", disse a procuradora.



Comunidades quilombolas assinam contratos de financiamento

SÍTIO VERMELHO, 13.11.2014

A Caixa acaba de assinar 31 contratos do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com a comunidade quilombola Furnas Boa Sorte, localizada em Corquinho (MS).

A solenidade ocorreu no barracão de convivência da comunidade, com a participação de representantes do banco, da prefeitura e líderes das comunidades negras do Mato Grosso do Sul e de famílias da Furnas Boa Sorte.

A comunidade Furnas Boa Sorte, cercada pelos paredões da serra de Maracajú, possui cerca de 150 habitantes e é remanescente de quilombo, tendo registro na Fundação Palmares, desde 1988.

Seus fundadores vieram de Minas Gerais para o então Mato Grosso e habitaram a região no fim do século 19, logo depois da abolição da escravatura.

Ainda no Mato Grosso do Sul, 17 famílias da Comunidade Família Quintino, localizada no município de Pedro Gomes, assinaram na terça-feira, 12, contrato com a CAIXA contrato para a construção de habitações.

Existem 22 comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, sendo que cinco estão localizadas em áreas urbanas.

Oito delas possuem contratos do PNHR assinados ou em análise na CAIXA. Em 2014, já foram contratadas 474 unidades habitacionais do PNHR no estado e 131 unidades habitacionais serão contratadas ainda em novembro.

Fonte: Agência Caixa de Notícias



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

Tapajós – a luta pelo rio da vida

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2014

É lei: nenhum empreendimento governamental pode ser iniciado antes que a população afetada por ele, seja consultada. Assim como aconteceu em Belo Monte e em todas as hidrelétricas da Amazônia, o Governo Federal passa por cima da própria Constituição e já dá início ao processo de licenciamento do complexo hidrelétrico que pretende construir ao longo do rio Tapajós, na Amazônia paraense. Esse [vídeo](#) registra o processo preparatório a que a população indígena e ribeirinha da região se submete para ter seu direito respeitado.

[Vídeo](#)

Imagens/Edição: Fábio Nascimento
Reportagem e produção: Clarissa Beretz
Tradução: Honésio Munduruku
Coordenação: Danicley Aguiar



“Ele é um canalha” – Liderança Munduruku responde entrevista de Gilberto Carvalho
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2014

Autodemarcação no Tapajós

O Chefe da Secretaria-Geral da Presidência, responsável pela ponte entre o Planalto e os movimentos sociais, Gilberto Carvalho, concedeu uma entrevista para BBC, na qual fez um balanço dos últimos quatro anos de mandato de Dilma Rouseff.

Na entrevista divulgada segunda-feira (10) Gilberto Carvalho defendeu o uso Força Nacional de Segurança para reprimir protestos contra a construção da usina de Belo Monte e disse que a mesma postura pode ser adotada no rio Tapajós, no Pará, onde há planos de erguer mais hidrelétricas nos próximos anos.

O ministro disse que no caso das hidrelétricas do Tapajós existe uma equipe do governo na região tentando implementar a convenção 169, mas há sabotagem por parte de entidades para que isso não aconteça.

Ademir Kaba, professor, sociólogo e liderança Munduruku do Movimento Ipereg Ayu, leu toda a entrevista de Gilberto Carvalho e denuncia: “Ele é um canalha. O que ele está falando é o que ele diz desde quando ocupamos Belo Monte em 2012. Isso daí não é novidade pra gente. O que o governo brasileiro está fazendo é a mesma coisa que faz há mais 500 anos. Mas tudo bem, a luta fica melhor assim. Vamos seguir existindo e resistindo por mais 500 anos”.

Os Munduruku estão há um mês abrindo pontos no meio da mata fechada e demarcando por conta própria a terra indígena Sawré Muybu, no médio Tapajós, próximo de Itaituba. O território, de pouco mais de 178 mil hectares, está localizado a poucos quilômetros do local previsto para sediar a usina de São Luiz do Tapajós, de 8.040 megawatts.

No último dia 5 os indígenas divulgaram um comunicado no qual criticam a postura do governo em querer restringir a participação de lideranças em uma reunião sobre consulta prévia. Os indígenas denunciam a mudança do local da reunião em cima da hora e dizem que só aceitarão dialogar novamente com o governo após a demarcação da TI Sawré Muybu*.

[Leia a entrevista de Gilberto Carvalho concedida à BBC.](#)

publicada por este blog no dia 10/11 e na íntegra [AQUI](#).



Funai deverá adotar medidas para delimitar território dos índios Kanela do Araguaia
SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 13.11.2014

O Ministério Público Federal expediu uma recomendação para que a Funai faça a designação de um grupo técnico especializado para fazer estudos de natureza etno-histórica, sociológica, cartográfica, jurídica e ambiental, além de um levantamento fundiário, para a delimitação da terra indígena reivindicada pela etnia indígena Kanela do Araguaia.

A recomendação foi expedida ao presidente nacional da Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, e ao diretor de Proteção Territorial, Aluizio Azanha, no dia 11 de novembro. O prazo para manifestação da FUNAI é de 30 dias.

A história dos índios Kanela do Araguaia desenvolve-se a partir de processos migratórios, marcados por sucessivos deslocamentos, iniciados há mais de um século, decorrentes de conflitos fundiários no Maranhão. Os primeiros registros da presença dos Kanela no noroeste de Mato Grosso, são da década de 1950.

Atualmente, os Kanela do Araguaia são uma população de aproximadamente 800 pessoas que vivem em diversos núcleos, instalados nos municípios de Luciara, Santa Terezinha, Confresa e Canabrava do Norte, situados no Vale do Araguaia, região nordeste de Mato Grosso. Eles se auto-reconhecem como comunidade indígena Kanela do Araguaia e assim são reconhecidos pelos seus pares da etnia Kanela instalados no Maranhão.

Apesar das constantes violências e perseguições sofridas pela comunidade em Mato Grosso desde que aqui chegaram, há mais de 70 anos, famílias indígenas permanecem na aldeia Porto Velho, no município de Luciara, às margens do rio Tapirapé, localidade em que reivindicam o reconhecimento de seu território. Esse local é reconhecido pela comunidade como seu território tradicional, uma vez que foi ininterruptamente ocupado por membros da etnia Kanela do Araguaia há muitas décadas.

A região onde está localizada a Aldeia Porto Velho é marcada pela grilagem de terras e ocupação irregular de áreas públicas, onde é constante e comum a existência de conflitos fundiários entre fazendeiros, posseiros e indígenas. Em razão de constantes e reiterados atos de violência, há décadas a comunidade indígena tem sido obrigada a deslocar-se entre as duas margens do rio Tapirapé, entre os municípios de Santa Terezinha e Luciara, sempre fustigados por supostos proprietários rurais, através de capangas e jagunços armados.

Tensão no Araguaia - A indefinição em relação à demanda de território dos índios Kanela do Araguaia tem gerado a exposição da comunidade à violência cometida por fazendeiros da região, com ameaças aos membros da comunidade. A avaliação é da Coordenação Regional Araguaia-Tocantins da Funai. O relato foi feito ao Ministério Público Federal em memorando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 205/ 2014

Brasília, 13 de novembro de 2014.

enviado este ano. "O povo Kanela do Araguaia encontra-se em estado de extrema vulnerabilidade", afirma a Funai no documento.

De acordo com a Diretoria de Proteção Territorial da Funai, a reivindicação dos Kanela do Araguaia soma-se a outros 349 pedidos de demarcação de território tradicional e depende da criação de um grupo de trabalho específico para analisar a situação.

O MPF argumenta que a situação dos Kanela do Araguaia preenche quatro dos seis requisitos estabelecidos pela Funai para ser classificada como prioridade: a população está em situação de vulnerabilidade; não há outro território indígena da mesma etnia na região; o Incra já manifestou interesse em áreas próximas para a criação de assentamentos; e órgãos ambientais também já manifestaram interesse na região para a criação de unidades de conservação.

Do MPF-MT



Na Amazônia, tecnologia usa raios UV e sol para purificar água de rios

SÍTIO JORNAL CIDADANIA, 13.11.2014

Criada por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), a tecnologia nomeada "Ecolágua" utiliza raios ultravioleta (UV) para purificar água de rios e torná-la potável em poucos segundos. A ideia surgiu após apelo de indígenas, que revelaram mortes por ingestão de água contaminada no interior do Amazonas. Movido pela energia solar, o equipamento sustentável pode ser uma alternativa para problemas de escassez de água. O Ecolágua purifica até 400 litros de água por hora. O vídeo acima mostra o momento em que uma comunidade indígena recebe a tecnologia.

Situado em boa parte da Região Norte, o Rio Amazonas é o maior do mundo em volume de água doce. Apesar disso, muitas áreas ainda têm dificuldades em dispor de água tratada. Com o objetivo de mudar essa realidade, o "Ecolágua" foi oficialmente lançado em outubro deste ano. No Amazonas, a tecnologia já foi implantada em 19 comunidades do município de Benjamin Constant, como Cristo Rei e Santa Luzia, além de 10 equipamentos instalados em oito aldeias indígenas.

Segundo o desenvolvedor do equipamento, o pesquisador alemão Roland Vetter, a iniciativa para elaboração da tecnologia veio em forma de apelo. Índios da etnia Deni pediram ajuda para frear a ocorrência de doenças causadas por água contaminada. "Nós queríamos instalar para eles um secador solar para madeira e frutas. Eles disseram 'É muito bom, mas não é disso que precisamos'. Eles estavam morrendo por ingerir água suja do rio Xeruã", contou.

Conforme Vetter, 11 índios Deni morreram vítimas de doenças diarreicas causadas por bactérias do grupo *escherichia coli* somente em 2005. O quadro clínico, semelhante ao da cólera, assustou os indígenas. Após dois anos de pesquisa, o primeiro conjunto provisório da tecnologia foi instalado em 2008 na aldeia Morada Nova. A iniciativa contou com a ajuda do Pastor Walter Sass, que trabalhava na época em nome do Conselho de Missão entre Índios (Comin).

De acordo com o pesquisador, a desinfecção da água ocorre porque os microorganismos, em contato com os raios ultravioleta tipo C, perdem a capacidade de se multiplicar. Em termos técnicos, a luz provoca um dano fotoquímico instantâneo no material genético das microbactérias, o que causa o efeito desinfetante. Além da purificação imediata da água, o equipamento utiliza apenas energia solar e bateria para funcionar, o que dá portabilidade à tecnologia para comunidades isoladas e aldeias, por exemplo.

A tecnologia – Anteriormente nomeado 'Água Box', o equipamento pesa cerca de 15 kg e pode "limpar" facilmente águas de rios, poços e da chuva. De acordo com o pesquisador Roland Vetter, águas de rios urbanos, como a Bacia do Turamã, em Manaus, ou o Rio Tietê, em São

CONT.



Paulo, também podem ser purificadas pelo equipamento, que realiza uma filtragem prévia para conter alguns resíduos sólidos, como areia e outros sedimentos.

O sistema simples necessita apenas de um rio ou afluente nas proximidades. A luz do sol é capturada por painéis solares, os quais mantêm carregada uma bateria dentro do equipamento. Desta forma, a tecnologia garante o funcionamento de uma lâmpada ultravioleta, responsável pela destruição dos microorganismos. A energia solar assegura ainda o desempenho do Ecolágua mesmo na ausência de luz, como durante as noites ou dias chuvosos, segundo explica Vetter.

“A água é um elemento que pode absorver os raios ultravioleta, que são emitidos por uma lâmpada situada em um tubo dentro da máquina. Assim, a água, que é bombeada de um rio, poço ou lago, para uma caixa d’água, passa por um filtro e chega a uma torneira, de onde já sai completamente limpa e potável”, disse ele ao ressaltar que o equipamento purifica até 400 litros de água por hora e pode amparar as necessidades de um grupo de cerca de 200 pessoas.

Com o processo de filtragem adequado – cujo equipamento específico é anexado ao Ecolágua –, o pesquisador do Inpa Ray Cleise, que fez parte da concepção da tecnologia, garante que águas turvas podem se tornar límpidas. Nesse sentido, a tecnologia pode ser uma alternativa também para resolver os problemas de seca em algumas regiões do país. “A lâmpada tem potência para trabalhar com todo tipo de água. Um afluente poluído, independentemente do grau, não ficará mais contaminado ao passar pelo Ecolágua”, ressaltou.

A máquina garante a eficiência de desinfecção em 99,99%, conforme testes feitos em laboratório. Uma mostra d’água coletada do Rio Solimões constatou a contaminação por bactérias *Escherichia Coli*, que estão presentes no intestino humano, além de índices de turbidez superiores ao admissível. Após o tratamento com a tecnologia, as bactérias foram destruídas e a turvação passou de 27,90 UNT – Unidade Nefelométrica de Turbidez – para 1,64 UNT.

O produto começou a ser disponibilizado no mercado há cerca de dois meses, pela empresa Qluz Ecoenergia. De acordo com o empresário responsável pela venda do produto, Roberto Lavor, a expectativa é de que a máquina beneficie não só brasileiros, mas também pessoas de todas as regiões do Brasil e do mundo. “Nós temos um grande potencial de água doce, que não é mais potável, pois está suja e cheia de impurezas. Vivemos na maior bacia hidrográfica do planeta, mas que não garante aos ribeirinhos o acesso à água potável. O ‘Ecolágua’ é um instrumento viável que torna a água potável de forma quase instantânea”, explicou Lavor.

Segundo Vetter, a tecnologia não garante a desinfecção de águas com metais pesados. Por esse motivo, o equipamento não pode ser instalado em locais próximos a áreas de garimpo. O Ecolágua deve ser instalado até o fim do ano em seis municípios no interior do Amazonas. Na capital, uma unidade demonstrativa foi montada no Bosque da Ciência, área do Inpa, na Zona Centro-Sul. Segundo Roberto Lavor, a empresa já articula com entidades da África e de países da América Latina para exportar a tecnologia.

(Fonte: G1)